



ACADEMIA MILITAR

Missões Duais de Artilharia de Campanha: Apoio de Fogos e Segurança de Área

Autor

Aspirante a Oficial de Artilharia João Manuel Marques Arnaut

Orientador: Major de Artilharia Armando Manuel Leal Simões

Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada

Lisboa, Julho de 2012



ACADEMIA MILITAR

Missões Duais de Artilharia de Campanha: Apoio de Fogos e Segurança de Área

Autor

Aspirante a Oficial de Artilharia João Manuel Marques Arnaut

Orientador: Major de Artilharia Armando Manuel Leal Simões

Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada

Lisboa, Julho de 2012

“Ontem como hoje a arma de Artilharia cultiva uma imagem de prontidão e rigor, sustentada no profundo conhecimento dos seus sistemas, técnicas e táticas, garantindo um emprego operacional eficaz e eficiente, adaptável às sucessivas alterações do Ambiente Operacional.”

Antigo General CEME José Luís Pinto Ramalho

Dedicatória

Aos meus pais por todo o apoio, dedicação e compreensão ao longo destes anos.

Agradecimentos

A realização deste TIA foi um longo percurso, ao longo do qual existiram muitas pessoas que contribuíram para a sua realização. Pretendo expressar a minha gratidão a todos os que com a sua disponibilidade, conselhos e experiências tornaram possível este TIA, particularmente:

- Ao meu Orientador, Major de Artilharia Leal Simões, por toda a sua disponibilidade, ajuda e conselhos que contribuíram para a realização deste TIA.
- Ao Tenente Coronel de Artilharia Élio Santos, Diretor do Curso de Artilharia da Academia Militar, pela disponibilidade em fornecer elementos para a realização deste trabalho.
- Ao Tenente Coronel de Artilharia Oliveira, Comandante do QA da BrigMec, pela entrevista e conselhos prestados.
- Ao Tenente Coronel de Artilharia Grilo, Comandante do GAC da BrigRR, pela entrevista e conselhos prestados.
- Ao Major de Artilharia Barreira, pela disponibilidade em ajudar e fornecer elementos para a realização deste trabalho.
- Ao Capitão de Artilharia Rodrigues, pela entrevista, conselhos prestados e fornecimento de elementos fundamentais para a realização deste trabalho.
- Aos meus amigos e camaradas, por todo o apoio prestado ao longo da realização deste TIA.
- À Raquel, pela ajuda e principalmente pelo apoio prestado nos momentos menos bons.
- E a toda a minha família pelo apoio, dedicação e ajuda constantes.

A todos o meu Muito Obrigado.

Resumo

O Trabalho de Investigação Aplicada apresentado tem como temática as Missões Duais de Artilharia de Campanha, com o intuito de transmitir o que se entende pela dupla possibilidade de emprego desta Arma.

A Artilharia de Campanha nos últimos tempos tem-se deparado com sérias limitações ao seu emprego operacional, porque a ameaça num determinado Teatro de Operações não necessita da presença da Artilharia de Campanha, ou porque o terreno não permite a sua movimentação adequada, ou, por os danos colaterais causados pelas suas munições são demasiado avultados para que se justifique o seu emprego.

É nesta panóplia de restrições de emprego que a Artilharia de Campanha se tem deparado ultimamente. A designação de Missões Duais, poderá ser mais uma das tentativas de justificar o emprego da Artilharia de Campanha num determinado Teatro de Operações.

De forma a contextualizar o leitor realizou-se um enquadramento, onde se definem algumas temáticas, nomeadamente o Ambiente Operacional Contemporâneo e as suas implicações para a Artilharia de Campanha, a definição de Missões Duais, de Apoio de Fogos e de Segurança de Área.

Posteriormente, são analisadas algumas formas de emprego da Artilharia de Campanha nos modernos Teatro de Operações, tendo em vista a realização das ditas Missões Duais, em situações onde a Artilharia de Campanha tenha sido empregue com um carácter dual, ou em situações onde foi empregue fora do âmbito do Apoio de Fogos.

Palavras-Chave: Artilharia de Campanha; Missões Duais; Apoio de Fogos;
Emprego Operacional.

Abstract

The thematic dual missions of Field Artillery are presented in this work in order to understand what is meant by this duality.

The Field Artillery has recently encountered serious limitations in its operational employment, either because the terrain does not allow it to move properly, or because collateral damage caused by its ammunition is too substantial to justify its use.

It is in this range of restrictions on employment that the Field Artillery has encountered recently. The designation of dual missions may be more of an attempt to justify the employment of Field Artillery in a Theater of Operations.

In order to contextualize the problems, a framework of the issues was made which defines some issues, including the Contemporary Operational Environment and its implications for the Field Artillery, a definition of Dual Missions is necessary to understand this work and also a definition of Fire Support and Security Area.

Subsequently, we analyzed some forms of employment of Field Artillery in the modern theater, always bearing in mind the realization of the dual missions, or at least in tasks where the Field Artillery has been employed with a dual character, or even outside the scope of fire support.

Key words: Field Artillery; Dual Missions; Fire Support; Operational Employment.

Índice Geral

Dedicatória	i
Agradecimentos.....	ii
Resumo	iii
Abstract	iv
Índice Geral.....	v
Índice de Figuras.....	vii
Lista de Apêndices	viii
Lista de Anexos	ix
Lista de Abreviaturas	x
Introdução	1
Enquadramento/contextualização da investigação:.....	1
Importância da investigação e justificação da escolha	1
Definição dos objetivos	1
Metodologia	1
Estrutura do trabalho	3
Capítulo 1-Enquadramento	5
1.1 O Ambiente Operacional contemporâneo	7
1.2 Implicações para a Artilharia	9
1.3 Missões Duais.....	12
1.4 Apoio de Fogos e segurança de área.....	13
1.5 Síntese do Capítulo	17
Capítulo 2-Emprego da AC nos modernos TO	19
2.1. Apontamento de um GAC para a operação “Iraqi Freedom”	21
2.2. Objetivo da habilitação da AC para as Missões Duais	26
2.3. Vantagens e desvantagens das Missões Duais	28

2.4. Síntese do capítulo	30
Capítulo 3-AC portuguesa	33
3.1. Caracterização geral.....	34
3.2. NRF e Battlegroups	34
3.3. Treino e formação	38
3.4. Possibilidade de emprego.....	39
3.5. Síntese do Capítulo	41
Conclusões	43
Verificação das hipóteses	43
Resposta à questão central	46
Bibliografia.....	48
Apêndices	51
Anexos	61

Índice de Figuras

Figura 1: Ambiente Operacional	62
Figura 2: Modelo Metodológico de Investigação	63
Figura 3: Espectro das Operações Militares	64
Figura 4: Artigo 5º Defesa Coletiva.....	65
Figura 5: Morteiro M120.....	66
Figura 6: Obus M109 A6 Paladin	67
Figura 7: Viatura HMMWV	68
Figura 8: Radar AN/TPQ 36.....	69
Figura 9: Radar AN/TPQ 37.....	70

Lista de Apêndices

Apêndice A: Guião de entrevista ao TCor Art Grilo	52
Apêndice B: Guião de entrevista ao TCor Art Oliveira.....	53
Apêndice C: Guião de entrevista ao Cap Art Rodrigues	54
Apêndice D: Análise das entrevistas.....	55

Lista de Anexos

Anexo A: Ambiente Operacional	62
Anexo B: Modelo Metodológico de Investigação	63
Anexo C: Espectro das Operações Militares	64
Anexo D: Operações no âmbito do Artigo 5º Defesa Coletiva	65
Anexo E: Morteiro M120.....	66
Anexo F: Obus M109 A6 Paladin	67
Anexo G: Viatura HMMWV	68
Anexo H: Radar AN/TPQ 36	69
Anexo I: Radar AN/TPQ 37.....	70

Lista de Abreviaturas

A

AC	Artilharia de Campanha
AFATDS	Advanced Field Artillery Tactical Data System
AM	Academia Militar
AO	Área de Operações
AF	Apoio de Fogos

B

Btrbf	Bateria de Bocas de Fogo
BCT	Brigade Combat Team
bf	Bocas de Fogo
BN	Battalion
BrigInt	Brigada de Intervenção
BrigMec	Brigada Mecanizada
BrigRR	Brigada de Reação Rápida

C

CAE	Combate em Áreas Edificadas
CIMIC	Cooperação Civil-Militar
CMSM	Campo Militar de Santa Margarida
CPCA	Curso de Promoção a Capitão
CPOS	Curso de Promoção a Oficial Superior
CREVAL	Combat Readiness Evaluation
CRO	Operações de Resposta a Crises

E

EME	Estado Maior do Exército
------------	--------------------------

EPA	Escola Prática de Artilharia
EUA	Estados Unidos da América
F	
FA	Field Artillery
FND	Força Nacional Destacada
FUC	Capacidade Plena de Atuação
G	
GAC	Grupo de Artilharia de Campanha
I	
IED	Improved Explosive Device
IESM	Instituto de Estudos Superiores Militares
IOC	Capacidade Operacional Inicial
J	
JMRC	Joint Multinational Readiness Command
JMTC	Joint Multinational Training Command
L	
LTEM	Lista de Tarefas Essenciais para a Missão
M	
MT	Missões de Tiro
N	
NA5CRO	Non Article 5 Crise Response Operations
NATO	North Atlantic Treaty Organization
NBQ	Nuclear Biológico ou Químico
NRF	NATO Response Force

O

OAP	Operações de Apoio à Paz
ONG	Organização Não Governamental
OTAN	Organização Tratado do Atlântico Norte

P

PCE	Postos de Combate Exterior
PCT	Posto Central de Tiro
PE	Peace Enforcement
PfP	Partenership for Peace
PK	Peace Keeping
PSO	Peace Support Operations
PSYOPS	Operações Psicológicas

Q

QA	Quartel de Artilharia
QRF	Quick Reaction Force

R

RA4	Regimento de Artilharia N°4
RC4	Regimento de Cavalaria N°4
RLA	Radar de Localização de Armas

T

TAT	Técnicas Anti Tumultos
TIA	Trabalho de Investigação Aplicada
TO	Teatro de Operações
TPOA	Tirocínio para Oficiais de Artilharia
TTP	Técnicas Táticas e Procedimentos

U

UE	União Europeia
-----------	----------------

Z

ZA

Zona de Ação

Introdução

Enquadramento/contextualização da investigação:

O presente trabalho de investigação aplicada (TIA) foi desenvolvido no âmbito do tirocínio para Oficiais de Artilharia (TPOA), que se enquadra nos cursos da Academia Militar (AM). Este trabalho é então realizado como requisito para que se obtenha o grau académico de mestre.

O TIA tem como tema: “A Artilharia de Campanha em Missões Duais: Apoio de Fogos e segurança de área”. Com a investigação realizada pretende-se desenvolver o tema referido, dar algum contributo para a arma de Artilharia, mesmo que seja mínimo, e fundamentalmente adquirir o conhecimento mais alargado nesta área.

Importância da investigação e justificação da escolha

O assunto em estudo é algo relativamente atual, estando a ser posto em prática nos dias que correm por forças, que nos servem de referência, como é caso dos Estados Unidos da América (EUA), no Teatro de Operações do Afeganistão.

A temática em estudo será orientada fundamentalmente com as experiências já obtidas pelas forças que executam este tipo de Missões Duais, percebendo como e com que objetivo o fazem, retirando dessas mesmas experiências as principais vantagens ou desvantagens, ao habilitar a Artilharia de Campanha (AC) neste caso em concreto, para tarefas que não são a sua missão principal.

Posteriormente, perceber, se a AC em Portugal está ou não habilitada a ser empenhada desta forma dual, podendo assim vir a participar mais ativamente em Forças Nacionais Destacadas (FND), uma vez que tem sido colocada de alguma forma, em segundo plano em comparação com as outras Armas.

É importante que a AC acompanhe a modernização requerida pelos

novos Teatros de Operações (TO), onde cada vez mais o “Ambiente Operacional¹ é extremamente fluido, oscilando entre Operações de guerra e Operações Militares que não de guerra, o que obriga o Combatente a adaptar-se rapidamente e continuamente às novas situações.” (Costa, Avelar, Batista, Baptista, & Glória, 2009)

Definição dos objetivos

Com o tema em questão, pretende-se estudar as capacidades da AC ser empregue em missões onde desempenha a sua principal missão, que é o Apoio de Fogos (AF) podendo em caso de necessidade ou mesmo por não, estar empenhada na execução de outras tarefas.

Para se identificar estas capacidades será realizado um estudo das forças que já executaram este tipo de Operações.

Pretende-se ainda demonstrar se a AC portuguesa tem capacidades para ser empregue num TO com estas exigências.

Sendo assim, o campo de estudo foi delimitado ao emprego das Unidades de AC no âmbito do AF, bem como na realização de outras tarefas possíveis, no âmbito das Operações de Resposta a Crises (CRO).

Metodologia

A investigação foi orientada pelo método dedutivo, recorrendo a uma pesquisa exploratória junto de oficiais com algum conhecimento nesta temática e ainda à pesquisa documental bibliográfica, constituindo-se como a base fundamental da investigação.

Durante a investigação, a informação relativa a Missões Duais no âmbito da AC não era muito extensa, reduzindo-se na sua maioria a artigos de periódicos, sendo isto não uma doutrina mas uma prática que se realiza quando necessário, não existindo manuais que falem exatamente deste emprego dual de uma unidade de AC. A informação foi encontrada principalmente em publicações como a Revista de Artilharia, o Boletim de Informação e Divulgação da Escola Prática de Artilharia (EPA) e alguns TIA de anos anteriores, entre

¹ Ver Anexo A: Ambiente Operacional.

outros.

Existiu ainda documentação doutrinária nacional, bem como da organização tratado do Atlântico Norte (OTAN), que foi analisada e utilizada para a realização deste trabalho.

Para o tema em questão foram levantadas algumas questões, sendo estas pertinentes para o conhecimento mais aprofundado da temática seria importante a obtenção de algumas respostas, desde logo para a questão central deste TIA: **“Como se processam as Missões Duais de Artilharia de Campanha?”**

No seguimento desta questão central surgiram algumas questões derivadas, tais como:

- **“Porque são realizadas este tipo de missões nos Teatros de Operações contemporâneos?”**
- **“Qual o objetivo da Artilharia de Campanha possuir capacidades duais?”**
- **“Quais as vantagens e desvantagens deste tipo de missões?”**
- **“Estará a AC portuguesa preparada para executar Missões Duais?”**

Tendo por base a questão central deste trabalho bem como as consequentes perguntas derivadas, foram elaboradas algumas hipóteses², sendo estas constituídas pelo autor, tendo por base a sua perceção pessoal:

H1. O emprego dual da AC tem como objetivo rentabilizar os meios materiais e humanos.

H2. Habilitar a AC a realizar Missões Duais confere vantagens significativas ao apoio da força.

H3. Ao realizar outras tarefas que não a missão fundamental da AC estamos a desperdiçar o principal meio de AF à disposição do Comandante.

H4. A AC portuguesa está habilitada a participar em FND bem como a executar Missões Duais.

Na sequência da formulação dos conceitos que levaram até às hipóteses, considerou-se ultrapassado o patamar que elucida a construção do modelo análise (Quivy & Campenhoudt, 2008).

² Hipótese: “Uma hipótese é uma proposição que prevê uma relação entre dois termos, que, segundo os casos, podem ser conceitos ou fenómenos. Uma hipótese é, portanto, uma proposição provisória, uma pressuposição que deve ser verificada.” (Quivy & Campenhoudt, 2008, p. 136)

Posteriormente realizou-se o processo de observação³, neste processo foi feita uma contínua recolha de dados, bem como realizadas algumas entrevistas exploratórias, tendo por objetivo encontrar algumas pistas de reflexão, estas servem para que se complementem as hipóteses apresentadas.

As entrevistas foram realizadas pessoalmente com os entrevistados, onde existiu prévia autorização para que se gravassem as mesmas. Estas entrevistas foram bastante importantes para a realização do trabalho, pois a interação com os entrevistados permitiu um grande “beber” de conhecimento, tendo sido assim clarificadas algumas ideias de trabalho.

As normas para a realização do TIA foram as que estão em vigor atualmente na AM, Normas de Execução Permanente 520/DE.

Foi adotado o manual de Quivy e Campenhoudt, para elaborar a parte relativa ao modelo metodológico de investigação⁴.

A análise das informações recolhidas foi a fase seguinte, onde depois do investigador formular as hipóteses e proceder às observações que elas exigiram, surge a necessidade de se verificar se a informação recolhida corresponde de facto às hipóteses em estudo. (Quivy & Campenhoudt, 2008)

Finalmente, e após a análise das informações, foi realizada a fase conclusiva. Nesta fase é onde se dá a resposta à questão central do trabalho, às questões derivadas e onde se verificam as hipóteses inicialmente apresentadas. Esta verificação foi realizada através do método dedutivo, dando assim origem a várias conclusões no sentido de contribuir de alguma forma para a contínua evolução da AC.

Estrutura do trabalho

O trabalho aqui apresentado está organizado com uma introdução seguida de três capítulos, no final as respetivas conclusões e propostas.

No capítulo 1, apresenta-se o estado da arte, através de um enquadramento geral, caracterizando o Ambiente Operacional contemporâneo bem como o tema em si, definindo o que são Missões Duais.

³ Observação: “A observação engloba o conjunto das Operações através dos quais o modelo de análise (constituído por hipóteses e conceitos) é submetido a teste dos factos e confrontado com dados observáveis.” (Quivy & Campenhoudt, 2008)

⁴ Ver Anexo B: Modelo metodológico de investigação.

No capítulo 2, encontra-se a parte central do trabalho onde se fala da participação da AC nos modernos TO. Neste capítulo é apresentado o trabalho de campo realizado ao longo da investigação.

No capítulo 3, realizou-se um estudo incidindo sobre a AC portuguesa, dando assim maior enfoque ao trabalho realizado, através da caracterização geral da AC bem como algumas possibilidades desta.

Na parte final, as conclusões retiradas com a realização do TIA, no sentido de responder à questão central apresentada, bem como às diversas questões derivadas, verificando então as hipóteses apresentadas inicialmente.

Capítulo 1

Enquadramento

“A AC constitui o meio terrestre de Apoio de Fogos mais poderoso que o Comandante de uma força tem à sua disposição para influenciar o decurso do Combate. Os meios de Artilharia de Campanha permitem colocar fogos potentes a grandes distâncias, possibilitando desta forma ao Comandante fazer sentir a sua acção em profundidade no Campo de Batalha.

Por outro lado, a precisão dos fogos de Artilharia de Campanha, a sua flexibilidade resultante da fácil alteração dos planos de tiro e a relativa rapidez com que podem ser desencadeados, permitem à Artilharia de Campanha prestar apoio imediato aos elementos de manobra, destruindo, neutralizando ou suprimindo os objectivos que se lhe opõem ou que mais dificultam o cumprimento da missão.” (EME, 2004)

Estes são os objetivos fundamentais da AC definidos no Manual de Tática de AC, de 2004.

Na missão definida para a AC no mesmo manual, esta “executa fogos de supressão, neutralização e destruição, através dos seus sistemas de armas e integra todo o Apoio de Fogos nas Operações da força.” (EME, 2004)

Como unidade fundamental da AC temos o GAC, analisando a sua missão, onde este “se prepara para executar Operações em todo o espectro de Operações Militares⁵, no âmbito nacional ou internacional, de acordo com a sua natureza” (Rodrigues, 2011, p. 348), importa salientar o aspeto de executar missões em todo o espectro de Operações Militares, pois são missões que vão desde moldar o ambiente de segurança em tempo de paz, até Operações de Combate de grande envergadura.

Será neste espectro alargado de Operações Militares, que se podem inserir as Missões Duais tratadas neste TIA. Nos TO durante as Operações de Estabilização não serão executadas, na maioria das vezes, missões de AF, utilizando os artilheiros para

⁵ Espectro das Operações Militares: “ é o pano de fundo para as Operações conduzidas pelas forças do Exército.” (IESM, 2010) Ver Anexo C: Espectro das Operações Militares.

realizarem outro tipo de tarefas, para as quais necessitam de estar adequadamente preparados.

Por outro lado em Operações de Combate de grande envergadura, o AF será uma peça bastante importante e aí os artilheiros podem ser empregues novamente naquela que é a sua missão principal, o AF.

O emprego da AC em tarefas que não sejam o AF, não é uma prática recente, pois as forças de Artilharia portuguesas destacadas para as províncias ultramarinas já o tinham realizado também, empregando a Artilharia em diversas tarefas, como por exemplo patrulhamentos ou controlo de itinerários.

Algumas Unidades de Artilharia portuguesas, foram mesmo mobilizadas para o ultramar apenas como Unidades típicas de infantaria, mas não será esse o objetivo que se pretende atingir com o tema referente às Missões Duais de AC. O que se pretende é que a força de AC habilitada para as Missões Duais tenha capacidade de realizar quer missões de AF quer tarefas normalmente realizadas por Unidades de manobra.

Existe o exemplo da Bateria de Artilharia 0146 (7,5cm) mobilizada em 1961 para Angola, que participou em diversas operações de AF, realizando “tiros de preparação, apoio directo e fogos de flagelação” (PT/AHM/DIV/2/2/197/2), mas uma parte desta bateria realizou também atividades que não eram propriamente de Artilharia, como o caso de “escoltas a trabalhadores nativos” (PT/AHM/DIV/2/2/197/2).

Pode-se aqui constatar que já não será uma realidade nova para a AC executar tarefas que não sejam apenas o AF, desde que para tal tenham a formação e treino adequados.

“O importante é entendermos que a Artilharia deve cultivar a procura de valências que assentem nas suas competências tradicionais, do saber relativo a Operações conjuntas e combinadas, dada a sua tradição de actuação interarmas e interramos, e no desenvolvimento de novas capacidades.” (Coimbra, 2011, pp. 337-338)

É portanto neste sentido de procurar valências e novas capacidades que a AC poderá vir a ser empenhada em missões com um carácter dual, ou seja, onde não desempenha a sua missão fundamental, pelo menos em alguns períodos do conflito dependendo do grau da ameaça⁶.

⁶ Grau da ameaça: Começando por definir ameaça, esta é “qualquer acontecimento ou acção (em curso ou previsível) que contraria a consecução de um objectivo e que normalmente, é causador de danos, materiais e

Não se pretende com este trabalho, demonstrar que a AC pode ou não atuar como uma força exclusivamente de Infantaria, mas sim como força de Artilharia com capacidade de executar tarefas que não sejam exclusivamente no âmbito do AF.

Pretende-se portanto “fornecer um conjunto de razões a favor de uma conclusão (...), sustentando certos pontos de vista com razões.” (Weston, 2005)

1.1 O Ambiente Operacional contemporâneo

É necessário, para que se enquadre o tema do presente TIA, perceber o Ambiente Operacional onde atualmente atuam as forças militares, pois a evolução deste, tem vindo a produzir algumas alterações ao emprego das mesmas.

“O Ambiente Operacional constitui uma noção elementar da ciência militar caracterizado por um conjunto de condições, circunstâncias e influências que Afetam o emprego de forças militares e suportam as decisões do Comandante, não sendo no entanto imutável, uma vez que varia ao longo do tempo, na região, nas forças envolvidas e nos interesses em jogo.

É composto por características físicas, natureza da estabilidade dos estados, interesses dos estados, relações entre estados e regiões, aspectos demográficos, capacidades militares, tecnologia, informação, organizações, vontade nacional, tempo e economia.” (Romão & Grilo, 2008)

“As lições aprendidas resultantes dos conflitos que se verificam no pós 11 de Setembro, assentes no Combate ao terrorismo transnacional, determinam alterações significativas nas Forças Armadas ocidentais, com repercussão no emprego da Artilharia.

O novo Ambiente Operacional é extremamente fluído, oscilando entre Operações de Guerra e Operações Militares que não de guerra, o que obriga o Combatente a adaptar-se rapidamente e continuamente às novas situações. Esta fluidez é verificada não só em Teatros de Operações diferentes como no mesmo Teatro de Operações, incluindo a possibilidade de existirem em simultâneo situações diferentes em diversos locais do mesmo teatro.” (Costa, Avelar, Batista, Baptista, & Glória, 2009)

morais.” (Couto, 1988) Podem ser de natureza militar, ecológica, económica ou outras. O Grau da ameaça será maior ou menor consoante a ameaça for mais ou menos iminente.

Esta simultaneidade de situações refere-se ao conceito de Three Block War⁷, onde no mesmo TO existem forças a realizar Operações de Combate e outras forças a executar missões no âmbito das CRO. O AF é por isto bastante importante em qualquer TO, mesmo que nas Operações de Peace Keeping⁸ (PK) as armas não sejam determinantes para o cumprimento da missão, são necessárias para a protecção da força, tornando-se indispensáveis nas Operações de Peace Enforcement⁹ (PE). (CPCA11, 2011)

A fluidez do atual Ambiente Operacional e a simultaneidade de situações que podem ocorrer num mesmo TO, são uma das razões para que as forças se preparem para desempenhar diversas tarefas quando são projetadas.

“O Ambiente Operacional contemporâneo é marcado pela globalização e pelo reacender dos nacionalismos, rivalidades étnicas e religiosas, a que se lhe adicionaram ameaças como o terrorismo, o crime organizado transnacional e a proliferação de armas de destruição maciça, passando a assumir um carácter multifacetado, imprevisível e transnacional.

Assim e nos tempos mais próximos, a tipologia do conflito predominante será caracterizada por uma maior probabilidade de guerras de âmbito limitado com carácter assimétrico e com intervenção crescente de forças irregulares.

Os actuais e futuros conflitos decorrem no seio da população e num espaço de batalha predominantemente urbano, não linear, multidimensional e com claras restrições relativamente à mobilidade tática e poder de fogo, como forma de limitar os danos colaterais na população e nas infra estruturas. Tudo isto altera de forma significativa o modo como é aplicada a força para alcançar o sucesso.

As forças terrestres devem ser capazes de desenvolver Operações em todo o espectro da conflitualidade, com uma organização flexível e modular, de forma a facilitar a constituição de Unidades de acordo com a missão e a tipologia do conflito.” (Romão & Grilo, 2008)

Como constatado na citação acima referida, a flexibilidade de uma força para realizar missões em todo o espectro da conflitualidade será uma mais-valia e algo bastante

⁷ Three Block War: Segundo Walter Dorn, 2007, este conceito resume-se á guerra em três blocos diferentes, o primeiro onde existe guerra quente, o segundo bloco onde se realizam Operações de estabilização e um terceiro bloco onde se realizam Operações de ajuda humanitária.

⁸ Peace Keeping: Segundo o portal das nações unidas na internet, estas Operações são compostas por polícias, forças militares e pessoas civis, que trabalham com o intuito de oferecer segurança e apoio à consolidação da paz num determinado TO.

⁹ Peace Enforcement: Segundo o local da internet da Global security, estas Operações têm o objetivo de usar a força armada para separar duas partes, impondo um cessar-fogo que no momento não existe.

importante para que se adaptem ao Ambiente Operacional contemporâneo, será nessa vertente que se enquadra o tema deste TIA.

1.2 Implicações para a Artilharia

Após analisar o Ambiente Operacional contemporâneo é importante perceber quais são as implicações deste para a AC.

“As tendências dos conflitos actuais e futuros, em que as populações se confundem com forças irregulares, numa geografia predominantemente urbana, não linear e multidimensional, com elevadas limitações à mobilidade e ao poder de fogo.” (Ramalho, 2011, p. 326)

Mesmo com todas as limitações ao seu poder de fogo, a “Artilharia continua a constituir o principal meio de Apoio de Fogos terrestre à disposição do Comandante da força, garantindo um Apoio de Fogos contínuo e oportuno sob quaisquer condições atmosféricas e em todos os tipos de terreno.” (Coimbra, 2011, p. 335)

É pela razão apresentada, de que a Artilharia se constitui como o principal meio de Apoio de Fogos terrestre à disposição do Comandante, que esta não deve ser posta de parte nos conflitos existentes atualmente. Mesmo que o Ambiente Operacional contemporâneo lhe levante muitas restrições, a AC deverá procurar desenvolver valências que a mantenham na vanguarda e como um meio pronto a atuar em qualquer TO.

Exemplo de uma dessas valências é a componente de Aquisição de Objectivos, como referido na citação do CPCA11 abaixo apresentada. Neste caso a citação refere-se à AC portuguesa, que ao manter essa componente atualizada, aumenta as suas possibilidades de emprego num TO.

“As características do moderno campo de batalha levantam sérias restrições ao emprego de meios de AF, dos quais a AC faz parte. A sua integração nas FND deve, portanto, ser naturalmente ponderada, não só na vertente de fornecimento de fogos à força, mas também na componente de Aquisição de Objectivos, alargando assim a tipologia de missões que poderão ser-lhe atribuídas em qualquer TO.” (CPCA11, 2011)

Tendo por base o artigo publicado no Boletim da EPA sobre a AC no Ambiente Operacional contemporâneo, são apresentados alguns desafios colocados à AC atualmente quando presente num TO, desafios estes que devem ser tidos em conta.

Algumas dificuldades que a AC deve procurar ultrapassar são:

- “Danos colaterais: os actuais e futuros conflitos decorrem no seio da população e num espaço de batalha predominantemente urbano. Neste ambiente existe um risco potencial de acontecimentos táticos poderem ter implicações ao nível, operacional, estratégico ou mesmo político. Nesse sentido, os fogos letais de AC terão de ser mais criteriosos e precisos e menos volumosos, de forma a diminuir os efeitos colaterais sobre a população e as infraestruturas;

- Zonas de acção: a não linearidade do espaço de batalha conduz à dispersão das Unidades, criando vazios (áreas não ocupadas por forças), o que provoca alterações da zona de acção (ZA) das Unidades de AC que deixam de se confinar ao acompanhamento das Unidades de manobra, passando a incluir os flancos, as retaguardas e os intervalos não controlados pelas forças. Esta “nova” ZA implica um aumento dos alcances e capacidade de apoio em 360°;

- Tempo de resposta: no actual espaço de batalha os objectivos são mais fugazes, uma vez que a ameaça será maioritariamente constituída por forças móveis e de baixo escalão e actuando em áreas urbanas. A um aumento da fugacidade dos objectivos, deverá corresponder uma redução efetiva do tempo de resposta;

- Emprego coordenado de meios letais e meios não letais: o Combate em áreas urbanas em que a ameaça é muitas vezes constituída por forças irregulares, que procura confundir-se com a população e obter o seu apoio, conduzindo a que, em coordenação com os meios letais, se faça um emprego extensivo de meios não letais. Neste tipo de Combate, as Operações psicológicas (PSYOP), as Operações de cooperação civil-militar (CIMIC) e informação pública, entre outras, têm grande impacto nas audiências-alvo, produzindo os efeitos desejados. Esta realidade exige novas competências à célula de coordenação de Apoio de Fogos (a garantir pela AC), uma vez que ela terá de ter capacidade para planear, coordenar, integrar e sincronizar o emprego de meios de Apoio de Fogos letais com não letais para apoiar o esquema de manobra do Comandante;

- Organização: uma observação atenta dos últimos conflitos, permite-nos verificar que os mesmos se desenrolaram em três fases distintas: uma primeira fase de projecção das forças, uma segunda fase (de curta duração) de Operações de guerra e uma terceira fase (de longa duração) de Operações de estabilização. Foi isto que se verificou nos Balcãs, no Iraque e no Afeganistão. Por outro lado, verifica-se que durante a fase de estabilização existem diferentes níveis de conflito, exigindo a uma mesma força a capacidade de realizar em simultâneo diferentes tipos de Operações (conceito de Three

Block War). Este novo conceito de emprego das forças leva a que a organização das Unidades de AC deve ser flexível de forma a permitir o levantamento de módulos coerentes e autónomos adaptados às necessidades do TO;

- Missões: apesar de as Unidades de AC continuarem a cumprir primariamente a missão atrás descrita (executar e integrar fogos). Nas Operações de estabilização podem vir a ser chamadas a desempenhar outro tipo de missões, tais como transportes, segurança, apoio ao sistema de informações e apoio às Operações CIMIC¹⁰, uma vez que nestas Operações é expectável, de acordo com o princípio do emprego mínimo da força, uma diminuição do emprego dos meios Apoio de Fogos letais. No entanto, há que ter em atenção que, mesmo nas Operações de estabilização existem, ocasionalmente, momentos em que a intensidade aumenta para Operações de guerra, onde Apoio de Fogos de AC se torna fundamental para assegurar o apoio às forças;

- Interoperabilidade: o carácter conjunto e combinado dos últimos conflitos exige particular atenção sobre as questões de interoperabilidade com as forças aliadas. Desta forma, as Unidades de AC devem ser interoperáveis, com especial atenção para o comando e controlo, o material e as munições, a doutrina e os procedimentos.” (Romão & Grilo, 2008)

Será fundamentalmente nos pontos que tratam a organização e as missões, que importa salientar alguns aspectos para o entendimento da implicação do Ambiente Operacional contemporâneo no tema deste TIA.

Importa perceber as diversas fases dos conflitos, onde o AF vai tendo fases em que realmente é necessário, mas numa operação de estabilização não será tão importante, mesmo que seja sempre necessária a sua presença no TO para responder a qualquer pontualidade, assim se a unidade de AC presente nesse TO tiver a versatilidade de executar outro tipo de tarefas poderá ser empregue, não na sua totalidade, na execução de tarefas que não sejam unicamente o AF, como é o exemplo dado dos transportes, segurança, apoio ao sistema de informações e apoio as Operações CIMIC.

¹⁰ Operações CIMIC: Civil- military cooperation. São Operações que têm como base a cooperação entre civis e militares, com um objetivo em comum.

1.3 Missões Duais

É desde logo necessário perceber que não existe uma clara definição do que são Missões Duais de AC, por isso, foi elaborada uma definição ou uma delimitação daquilo que se pode entender inicialmente deste tema, para a realização deste TIA.

Neste trabalho entende-se por Missões Duais a dupla possibilidade de emprego de uma força, neste caso em concreto será de AC.

Esta dualidade de emprego, para a investigação realizada incide na missão da AC onde esta “executa fogos de supressão, neutralização e destruição, através dos seus sistemas de armas e integra todo o Apoio de Fogos nas Operações da força” (EME, 2004, pp. 3-1), tendo ainda a possibilidade de executar outras tarefas que normalmente são executadas por forças de manobra. As tarefas consideradas na realização deste TIA incidem fundamentalmente no âmbito das CRO, ou seja, patrulhamentos, controlo de tumultos, segurança de instalações, checkpoints e outras que não são a missão primária da AC.

A capacidade da AC executar estas Operações que não sejam apenas o AF é um requisito NATO pois “as forças que integravam a NRF deveriam estar preparadas para uma actuação diversificada, ou seja, possuir capacidades para actuar como força isolada (Stand alone force), força de entrada inicial (Initial entry force), conduzir Operações de Resposta a Crises, Operações de apoio contra-terrorismo (...)” (Rodrigues, 2011, p. 340)

Tendo o GAC do RA4, em Leiria já aprontado a NRF14 e a NRF17, que se constituíam como uma Btrbf, sabemos assim que também a AC tem de estar habilitada a executar tarefas como o patrulhamento de itinerários, escoltas, pontos de controlo e outras tarefas neste âmbito, como referido na citação acima.

A razão da AC ter de estar habilitada a realizar outros tipos de tarefas que não AF é um tema bastante atual, segundo um artigo publicado pelo IESM (2011) que fala da Artilharia no Ambiente Operacional contemporâneo, isto devido às exigências dos TO contemporâneos.

Esta definição de Missões Duais de AC pretende salientar a “importância e versatilidade da AC nas CRO e OAP em que o Exército participa” (CPCA11, 2011), isto no caso do Exército português, mas também pretende demonstrar o que realizam os Exércitos de referência como é o caso dos EUA, onde a AC é preparada para realizar outras tarefas, normalmente da responsabilidade de forças de manobra. Pretendendo ainda

“(…) apontar caminhos que levem a um maior envolvimento da Artilharia na participação em FND.” (CPCA11, 2011)

O que é importante ficar bem referido nesta definição de Missões Duais, é que a AC deverá ter a capacidade para desenvolver várias tarefas no mesmo TO, garantir o AF adequado para a proteção da força apoiada, bem como realizar outras tarefas. Não se pode entender, pelo menos neste TIA, que Missões Duais sejam a preparação de uma unidade de AC para atuar unicamente como uma unidade típica de manobra, pois aí estará a colocar-se em causa os conhecimentos artilheiros dos militares de AC.

1.4 Apoio de Fogos e segurança de área

“O Apoio de Fogos engloba, assim, o emprego coordenado do conjunto dos órgãos de aquisição de objectivos, das armas de tiro directo, indirecto (morteiros, Artilharia de Campanha e Artilharia Naval) e das Operações Aéreas, em proveito da manobra da força. Com a possibilidade de utilizar morteiros, peças e obuses de diversos calibres, mísseis e foguetes de variado alcance, e bombas de grande potência, o Apoio de Fogos constitui a parcela essencial da globalidade dos fogos à disposição do Comandante, contribuindo, de forma determinante, para o aumento do potencial de Combate da força, dada a sua flexibilidade de emprego, a prontidão de resposta e a capacidade de fazer sentir os seus efeitos a grande distância.

O Apoio de Fogos facilita a Manobra e o emprego das suas armas de tiro directo pelo(a): destruição das forças inimigas; supressão das armas de tiro directo e indirecto inimigas, diminuindo assim o tempo de empenhamento e garantindo o emprego, nas melhores condições, das armas de tiro directo amigas; isolamento dos contra-ataques inimigos; isolamento dos escalões de ataque inimigos e ataque das suas forças de reforço, desgastando-as e desorganizando os seus movimentos; cobertura dos movimentos retrógrados das forças amigas; ocultação e isolamento de objectivos; valorização das acções de economia de forças compensando, com fogos, a escassez de forças; supressão das armas antiaéreas inimigas e dos seus meios de empastelamento e radiolocalização.

O Sistema de Apoio de Fogos¹¹ fornece o apoio próximo aos elementos de manobra e executa fogos em profundidade batendo os sistemas de fogos indirectos inimigos através

¹¹ Sistema de apoio de fogos: Sistema de apoio de fogos fornece fogos de apoio próximo, fogos de contrabateria e fogos de interdição. Dividindo-se em três componentes: Aquisição de objetivos; Comando, controlo e coordenação; Armas e munições. A Aquisição de objetivos compreende a deteção, identificação e

de acções de contrabateria ou desencadeando fogos de interdição sobre as formações inimigas ainda não directamente empenhadas no Combate. Estes fogos neutralizam ou destroem as formações de ataque inimigas ou o seu dispositivo de defesa e actuam na retaguarda inimiga atacando objectivos terrestres profundos, aproveitando a sua capacidade de se projectar a grande distância.

Os fogos de apoio próximo são executados sobre forças inimigas, as suas armas e posições, que ameaçam directamente (ou podem vir a ameaçar) os elementos de manobra amigos nas suas acções defensivas ou ofensivas. Permitem ao seu Comandante multiplicar rapidamente os efeitos do seu potencial de Combate e transportar os fogos disponíveis para qualquer área crítica do Combate. O Comandante da Divisão, por exemplo, assegura a disponibilidade de fogos em apoio próximo às suas Brigadas, garantindo-lhes uma capacidade de resposta imediata às suas necessidades de apoio, possibilitando-lhes, assim, desgastar as forças inimigas e causar-lhe danos muito para além dos alcances das armas de fogos directos dos seus elementos de manobra.

Os fogos de contrabateria batem os sistemas de tiro indirecto inimigos, incluindo os morteiros e a Artilharia. Consideram-se igualmente, objectivos de contrabateria os observatórios e os órgãos de comando e controlo. Os fogos de contrabateria são executados pelos morteiros, pela Artilharia de Campanha e por meios aéreos, sendo planeados quer nas Operações defensivas quer nas ofensivas. Estes fogos asseguram uma maior liberdade de acção aos Comandantes das Unidades de manobra apoiadas. O Comandante da Divisão ao atribuir às suas Brigadas o Apoio de Fogos adequado às suas necessidades do Combate próximo, retém para si uma parte substancial do Apoio de Fogos disponível com o qual pode intervir e influenciar o Combate, no momento e nas áreas mais críticas.

Os fogos de interdição visam destruir, neutralizar, suprimir ou retardar as forças inimigas ainda não directamente empenhadas, mas que podem vir a influenciar e a afetar as Operações terrestres. Quando executados com oportunidade e eficácia, estes fogos reduzem significativamente a capacidade de manobra das formações inimigas escalonadas

localização de objectivos com oportunidade, pormenor e precisão, visando ao seu ataque eficaz pelos meios de apoio de fogos disponíveis.

Armas e munições, onde as armas devem dispor de mobilidade, campos de tiro, alcances e cadências de tiro adequados às missões de apoio, ou seja, a mobilidade deve ser maior ou igual à da força apoiada, as munições devem permitir obter os resultados desejados, com economia e eficiência.

Comando, controlo e coordenação visam o planeamento determinando como empregar os meios através de processos contínuos e concorrentes de análise e atribuição de objectivos, elaboração de programas horários de apoio de fogos e integração dos fogos com a manobra, tudo isto com a devida coordenação assegurando a implementação das medidas necessárias à execução do planeamento, por um processo contínuo de execução do apoio de fogos planeado e controlo dos meios disponíveis.

em profundidade. Constituem objectivos para estes fogos: as forças inimigas do primeiro escalão não participantes ainda no Combate, os segundos escalões e os seus órgãos logísticos. Estes fogos podem contribuir, igualmente, para isolar uma força inimiga ou restringir-lhe (ou mesmo negar-lhe) a utilização de determinadas áreas que se revelem de interesse para a ulterior manobra ofensiva da força amiga. As armas de longo alcance da Artilharia de Campanha, designadamente os foguetes e os mísseis, e determinadas componentes das Operações Aéreas (n. 112), são particularmente indicados para a execução destes fogos.” (EME, 2004)

Após a definição apresentada de AF, retirada do Manual de Tática de AC, é necessário apresentar também uma definição do que se entende por segurança de área, mais uma vez a definição apresentada será para o entendimento do tema deste TIA.

Segundo o smartbook army operations & doctrine, Segurança de Área é definida como “uma forma de Operações de segurança realizadas para proteger as forças amigas, instalações, itinerários e ações dentro de uma área específica. Operações de segurança de área podem ser de natureza ofensiva ou defensiva. Estas concentram-se em torno daquilo que se pretende proteger, sejam forças, instalações, itinerários ou áreas. (..) Quando se tratam de Operações de segurança em AO não contiguas são normalmente realizadas Operações de segurança de área pelos Comandantes.” (Wade, 2008)

Tendo por base o aprontamento realizado por uma unidade de AC em Portugal, que foi o caso do RA4 como já fora referido, no âmbito da Segurança de Área optou-se por delimitar este conceito, abordando fundamentalmente as tarefas de segurança que se podem executar normalmente numa CRO, ou pelo menos aquelas que são atualmente treinadas pelos militares de AC¹², como escoltas a colunas de viaturas, checkpoints, patrulhamentos, controlo de tumultos, limpeza de áreas edificadas, entre outras Operações que normalmente não são realizadas pela AC neste âmbito.

Importa por fim apresentar uma definição que possibilite uma compreensão mais clara do que são realmente as CRO.

Segundo o manual escolar publicado pelo IESM sobre as CRO, foi “na cimeira de Washington em 1999, que a NATO identificou a necessidade de possuir capacidade para responder a crises que não se enquadram no conceito de “defesa colectiva” no âmbito do Art.º 5 do tratado do Atlântico Norte. Neste contexto, reconheceu que o futuro envolvimento da NATO em CRO necessitava de ser mais flexível e capaz de responder a

¹² A referência ao treino dos militares de AC tem por base o plano de treino do GAC de 2011.

novas missões incluindo a contribuição para uma eficaz prevenção de conflitos e um empenhamento activo na resolução de crises. As CRO constituem-se assim, como o contributo mais importante da aliança para uma efectiva resolução de crises, têm como finalidade conduzir missões que contribuam para a paz e segurança internacional e têm como objectivo dar resposta a crises, contendo as hostilidades em tempo, de uma forma coordenada, onde essas crises possam afectar a segurança ou ameaçar a estabilidade das nações pertencentes à NATO.

As CRO compreendem a participação da aliança na condução dum largo espectro das Operações, que incluem o apoio à paz, podendo ir desde a imposição de paz até acções militares preventivas ou outras conforme o estabelecido pelo conselho do Atlântico Norte (NAC).” (IESM, ME 20-77-06 Operações de resposta a crises, 2006)

As CRO são portanto um do tipo de Operações realizadas pela NATO, Operações estas que se dividem em Operações Militares de Art.º 5, sendo estas de defesa coletiva, e Operações Militares não Art.º 5 que são as Operações de resposta a crise (NA5CRO).

Nas Operações de Art.º 5 defesa coletiva¹³ “(1) as nações pertencentes à NATO assumem, nos termos do Art.º 5 do tratado de Washington, que um ataque perpetrado por um inimigo externo à aliança contra um ou mais dos países membros constitua um ataque contra todos eles, que traduz o conceito de defesa colectiva. Os países membros apoiarão os países atacados, tomando as acções necessárias, incluindo o uso da força armada, para restaurar e manter a segurança da aliança. (2) O principal papel da estrutura militar da NATO é proporcionar o enquadramento organizacional para a defesa do território das nações membro contra ameaças à sua segurança e estabilidade, de acordo com o Art.º 5 do tratado do Atlântico Norte. No entanto, o desenvolvimento da iniciativa da parceria para a paz (PfP) e o papel da aliança na operação de apoio à paz (PSO) e em outras Operações, fez com que a estrutura militar fosse igualmente utilizada para cumprir outras tarefas.” (IESM, ME 20-77-06 Operações de resposta a crises, 2006)

No que diz respeito às Operações Militares NA5CRO são as Operações que não se enquadram no âmbito do Art.º 5 e “ (1) a principal diferença entre Operações de Art.º 5 e CRO é que nestas não existe uma obrigação formal das nações pertencentes à NATO de participarem em CRO, enquanto que no caso de Operações no âmbito do Art.º 5, as nações estão formalmente comprometidas a tomar as acções que considerem necessárias para restaurar e manter a segurança na área da aliança.

¹³ Ver Anexo D: Operações no âmbito do Artigo 5º.

(2) As CRO podem englobar desde Operações de apoio, associadas com agências civis, a Operações em apoio da paz ou outras que podem incluir Operações de Combate. No âmbito das Operações lideradas de extracção, tarefas de assistência a desastres, Operações humanitárias, busca e salvamento ou apoio a Operações de evacuação de não Combatentes.

As Operações que envolvam o uso da força militar incluem acções militares, que vão desde imposição de sanções e embargos até Operações de Combate. A orientação do comité militar (MC) 327/2, (...), estabelece as directivas para a condução de CRO no âmbito da NATO.

(3) O princípio do esforço colectivo da aliança é reflectido em acordos que permitem aos aliados capitalizar as vantagens da defesa colectiva sem os privar da sua soberania. Estes acordos permitem igualmente que as forças da NATO conduzam uma CRO e constituem um pré-requisito para permitir uma resposta coerente da aliança a possíveis situações de contingência – incluindo a possibilidade de estacionar e projectar forças da NATO para além do seu território, quando necessário. As CRO serão geralmente limitadas nos objectivos, meios, área e duração, dependendo do estado final desejado. De acordo com a situação, as CRO podem ser tão exigentes e intensas como as Operações no âmbito do Art.º 5, particularmente, em Operações de imposição de paz.” (IESM, ME 20-77-06 Operações de resposta a crises, 2006)

Estão assim definidos neste subcapítulo as definições de Apoio de Fogos, e daquilo que se pretende entender como Segurança de Área no presente TIA.

1.5 Síntese do Capítulo

Neste capítulo realizou-se um enquadramento relativo à AC, através da descrição de alguns objetivos genéricos desta segundo alguns manuais e artigos publicados, dando assim uma noção geral do que é a AC.

Encontra-se expresso na missão do GAC um dos pontos de desenvolvimento deste trabalho, acerca da possibilidade da AC realizar missões em todo o espectro das Operações Militares, pois é aqui que faz sentido que a AC se prepare para executar outras tarefas que não sejam exclusivamente o AF.

Seguidamente descreve-se o Ambiente Operacional, que ultimamente tem sofrido algumas alterações, sendo caracterizado fundamentalmente por forças inimigas irregulares,

dando um carácter cada vez menos convencional às Operações, tendo de se adaptar constantemente as doutrinas, para que se possa fazer face às ameaças de cada TO.

O Ambiente Operacional contemporâneo tem apresentado sérias restrições à Artilharia, principalmente na sua mobilidade e poder de fogo, quando se fala das implicações, neste caso para a AC, pretende-se demonstrar que esta tem de se preparar para os novos desafios do Ambiente Operacional. Sendo um dos desafios de particular interesse para o tema em análise, que está relacionado com as suas missões e organização, referindo mais uma vez que a AC tem de ser versátil e preparar-se para um vasto leque de missões.

Nos dois últimos subcapítulos pretende-se definir e delimitar o tema em estudo: A AC nas Missões Duais: Apoio de Fogos e Segurança de Área.

Estes subcapítulos permitem delimitar o tema na base em que foi desenvolvido, ou seja, que Missões Duais de AC se entendam como a possibilidade da AC realizar o AF e desempenhar outras tarefas no âmbito da segurança no TO, tendo subjacente que as tarefas de segurança sejam as que normalmente são desenvolvidas no âmbito das CRO.

Capítulo 2

Emprego da AC nos modernos TO

Neste capítulo pretende-se estudar a aplicabilidade da AC nos TO contemporâneos, tendo como base alguns estudos de caso, entre eles o aprontamento de uma Brigada Combat Team (BCT)¹⁴ para o TO do Iraque em 2008.

O título emprego da AC nos modernos TO, tem como objetivo estudar alguns casos onde forças de AC foram realmente empregues no terreno, com missões de AF ou mesmo de manobra. Não interessa para a análise em questão estudar casos onde militares de Artilharia foram destacados isoladamente para uma força.

No caso do Exército dos EUA a Artilharia tem por vezes atuado como uma força de Infantaria, caso dos TO do Iraque e Afeganistão, ou seja, com treino e equipamento adequados, os artilheiros têm a capacidade de cumprir qualquer missão que seja atribuída a uma unidade de manobra.

Neste caso os EUA utilizam os artilheiros, nestas missões normalmente atribuídas às Unidades de manobra, para fazer uma rentabilização de pessoal, sendo que de outra forma mesmo para um Exército tão numeroso, seria um esforço demasiado elevado para os militares empenhados na rotação das forças¹⁵.

Contudo, isto não será o que se pretende para a Artilharia, tendo formação como artilheiros, pretende-se que sejam empregue como tal e realizando a sua missão que é o AF.

Neste sentido interessa observar o aprontamento realizado pelo GAC pertencente à 172ª BCT, para a Operação Iraqui Freedom (OIF).

O GAC desta BCT realizou um aprontamento onde apenas uma das três BTRBF iria realizar Apoio de Fogos, mesmo tendo 2 Baterias de Bocas-de-fogo (Btrbf) empenhadas em realizar missões normalmente realizadas por Unidades de manobra, este GAC foi empregue com uma

¹⁴ BCT: Entende-se por BCT, uma brigada independente, equivalente no caso em estudo a uma brigada mecanizada, como é o caso da BrigMec que está em Santa Margarida.

¹⁵ O período de rotação das forças aqui referido é de 6 meses.

missão dual de garantir o Apoio de Fogos à BCT, bem como realizar tarefas como patrulhamentos e checkpoints por exemplo. (Administrador, 2009)

Sendo assim os artilheiros deste GAC não estariam apenas aptos a realizar missões de Unidades de manobra exclusivamente, mas, também tinham de ter os conhecimentos artilheiros bem presentes, mesmo sendo apenas uma Btrbf.

“Nos últimos anos o Exército dos EUA tem combatido contra inimigos únicos em terrenos singulares por todo o mundo, tendo de se adaptar aos campos de batalha (...) no Afeganistão, por exemplo, os artilheiros começaram o Combate com morteiros M120¹⁶.” (Mitchell, 2009)

Apesar que face às lições apreendidas neste teatro, “o não ter levado os obuses para o Afeganistão desde o início foi um erro.” (Mitchell, 2009)

Este será mais um dos testemunhos de que a presença da AC nos TO contemporâneos ainda é importante, e deve estar presente com os seus obuses, porque mesmo que os morteiros acrescentem grande mobilidade à AC, por vezes não cumprem as missões de AF que são necessárias de realizar, sendo um desses motivos os alcances menores em relação aos obuses.

“No Iraque em 2003, o papel da AC voltou a ser significativo, mas assim que se passou para uma operação de estabilização, os artilheiros voltaram a desempenhar tarefas para as quais não tinham sido treinados, como por exemplo Operações psicológicas, patrulhas apeadas, segurança de instalações, apoio às Organizações Não-Governamentais (ONG), entre outras.” (Costa, Avelar, Batista, Baptista, & Glória, 2009)

Nesta situação realizou-se aquilo que seria o ideal, que será utilizar a AC como meio de AF e quando esse AF não for necessário, os militares estão aptos a realizar outros tipos de tarefas.

“Desde que sejam treinadas, as forças de Artilharia podem ser utilizadas para executar outras tarefas, exemplo disso é o treino das NRF onde se treinavam as missões de apoio a paz.” (Grilo, 2012)

A possibilidade de “levar ou não a AC para um Teatro de Operações, passa pelo desenho da força, se existe possibilidade desta ser empenhada então ela deve ir. Depois com as variáveis da missão, se é baixa a probabilidade desta ser empregue no AF então pode ser utilizada para executar outro tipo de tarefas.” (Grilo, 2012)

¹⁶ Ver Anexo E : Imagem do morteiro M120.

E essas tarefas que não são a missão primária da AC podem ser bastante variadas, “os EUA começaram a realizar este tipo de Missões Duais onde iam GAC destacados para os TO e era atribuído às BCT um GAC orgânico, que apoia a BCT com fogos. Sendo que a BCT subdivide as suas AO, o GAC fica com a responsabilidade de assegurar a segurança da sua AO, com patrulhamentos, checkpoints e Operações não letais, estas Operações não letais hoje em dia são muito importantes, do tipo CIMIC ou PsyOps no sentido de reduzir os ataques à força.” (Oliveira, 2012)

A presença da AC nos modernos TO deve ser sempre tida em conta, esta “cada vez mais, actua como um verdadeiro elemento gerador de efeitos na área das informações, sendo fundamental assumir a liderança deste importante sistema, à imagem de doutrinas que nos servem de referência, tornando a sua presença em FND numa realidade incontestável, alargando assim o espectro de formas de atuação no “novo” Ambiente Operacional.” (CPCA11, 2011)

2.1. Aprontamento de um GAC para a operação “Iraqi Freedom”

É possível ter esta informação neste TIA, tendo por base um artigo da revista de Artilharia intitulado como: “Do JMRC¹⁷ ao aprontamento de um Grupo de Artilharia de Campanha para a Operation Iraqi Freedom”, de 2009.

Este artigo foi elaborado tendo por base a experiência de 2 capitães da Arma de Artilharia, na observação do exercício de aprontamento da 172ª BCT, no ano de 2008, retirando para o presente trabalho os excertos sobre o aprontamento do GAC desta BCT.

Foi observado desde logo que este GAC não iria desempenhar a sua missão doutrinária de AF, pois, “das 3 Btrbf que o constituíam, apenas iria projectar uma delas com obuses, cabendo às outras duas um papel característico das Unidades de manobra, isto é, com missões que implicavam presença física no sector junto das populações, nomeadamente patrulhamentos, raids, cerco e busca, checkpoints, etc.” (Administrador, 2009)

¹⁷JMRC: Joint Multinational Readiness Command. “O JMRC é um centro que providência um treino realista e exigente ao Exército Americano estacionado na Europa, assim como para forças oriundas de outros países aliados. Adicionalmente, proporciona treino de nível individual a soldados e/ou Unidades para serem empregues no Kosovo, Afeganistão ou na OIF. Este centro está sediado em Hohenfels, na Alemanha, possuindo um conjunto de pessoal, material e instalações que contribuem para o cumprimento da sua missão.” (Administrador, 2009)

Analisando o artigo, percebe-se que esta organização se devia ao fato da ameaça com que as forças da coligação se iam deparar no Iraque era do tipo insurgente constituindo-se por pequenos grupos, e assim 18 Bocas de Fogo (bf) eram poder de fogo em demasia. Ou seja, com esta organização, com apenas uma das BTRBF a levar obuses, foi possível rentabilizar o pessoal e material, e ainda, conferir “flexibilidade aos artilheiros para aquilo que é a realidade do novo Ambiente Operacional: Insurgência e Terrorismo.” (Administrador, 2009)

O GAC, definido como 1-77FA BN¹⁸, tinha três Btrbf, a Bateria Bravo, equipada com o obus M109 Paladin¹⁹ as Baterias Alfa e Charlie, equipadas com viaturas HMMWV²⁰, com o objetivo desempenhar missões características das Unidades de manobra.

Este GAC encontrava-se à altura estacionado na Europa, mais precisamente em Schweinfurt, na Alemanha, sendo que para a realização deste exercício de aprontamento, esteve no Joint Multinacional Training Command²¹ (JMTC), por este ser a única infraestrutura que permite a realização de fogos reais de Artilharia.

A missão que o GAC teve para o exercício de aprontamento, foi no sentido daquela que teve na chegada ao território iraquiano.

A organização algo diferente do 1-77FA BN, daquela que é a estrutura tipo de um GAC, devia-se a 3 razões fundamentais:

- “Ameaça: o Ambiente Operacional para o qual o GAC, e toda a brigada, estavam a treinar seria aquele que encontraram no Iraque, isto é, um nível médio de insurgência com vários grupos islâmicos que pretendiam desacreditar o governo e as forças da coligação presentes no terreno. O seu modus operandus era, de uma forma geral, caracterizado por pequenos ataques (emboscadas, IED, etc.) contra as forças da coligação; atentados contra órgãos do governo (principalmente esquadras de policia) e infraestruturas civis com o objectivo de passar um sentimento de insegurança.

- Dimensão dos sectores: a brigada tinha um sector à sua responsabilidade com aproximadamente 180km x 140km (cerca de 25000 km²), no qual tinha de assegurar a liberdade de movimento às forças da coligação e evitar quaisquer tipos de ataques ou

¹⁸ 1-77 FA BN: 1- 77, corresponde ao 1º GAC do Regimento de Artilharia Nº77. FA BN: Field Artillery Batalion.

¹⁹ Ver Anexo F: Imagem do Obus M109 Paladin.

²⁰ Ver Anexo G: Imagem de uma viatura HMMWV.

²¹ JMTC: é uma estrutura organizativa que assume um papel fundamental no âmbito de todas as atividades ligadas ao treino do Exército Norte-americano na Europa assim como para forças aliadas da NATO, em todo o espectro de Operações. Este centro esta localizado em Grafenwoerh, na Alemanha.

acções de subversão por parte das forças opositoras, tanto contra forças amigas como contra a população.

- Falta de pessoal: as forças destacadas no Iraque tinham vindo a sofrer uma redução dos efectivos, pelo que as Unidades que lá permaneciam tinham menos recursos humanos para o desempenho das mesmas missões nos seus sectores. Assim, dado o grau da ameaça, todas as Unidades da brigada estavam aptas a desempenhar missões, anteriormente associadas à manobra.” (Administrador, 2009)

Sendo assim o 1-77FA BN tinha uma estrutura composta por: Comando e Bateria de Comando; Um Pelotão Sanitário; Uma Secção Radar Localização de Armas (RLA) AN/TPQ 36²² e o AN/TPQ 37²³ dado de reforço à Brigada; Secção de Meteorologia; Um Pelotão de Reconhecimento; Uma Bateria de Serviços; Uma Btrbf (Bravo) a dois pelotões, cada um com três secções de obuses M109A6 Paladin 155mm e um Posto Central de Tiro (PCT), sendo esta a única Bateria que se destinava a apoiar com fogos indirectos todo o setor da Brigada, porque o nível da ameaça não justificava maior poder de fogo; Duas baterias de Artilharia (Alfa e Charlie) a três pelotões que se destinavam somente a fazer missões características das Unidades de manobra.

No âmbito do treino o 1-77FA BN realizou treino em diversas áreas, culminando todo esse treino num exercício para a Brigada como um todo, Mission Rehearsal Exercise (MRE). Das missões específicas treinadas pelo GAC destacam-se as seguintes:

- “Entry Control Point: Ponto de Controlo, estabelecido nos acessos de uma determinada área (por exemplo uma aldeia), para verificação de pessoal, equipamento e viaturas com o intuito de estabelecer uma zona de segurança. Esta verificação é feita com listas de acessos autorizados para pessoal e viaturas ao interior dessa área.

- Combat Patrol Lane: Patrulha de Combate, operação conduzida por uma unidade escalão Secção ou Pelotão, com o objectivo de alcançar um determinado End State²⁴ que começa e termina a partir de uma área segura como uma base de patrulhas, aquartelamento ou base de fogos.

As patrulhas de Combate são conduzidas para destruir ou capturar pessoal e/ou material inimigo, destruir instalações, infraestruturas ou pontos importantes. Também proporcionam segurança a forças de maior dimensão. Os dois tipos de missões para as patrulhas de Combate são a emboscada e o raid.

²² Ver Anexo H: Radar AN/TPQ 36.

²³ Ver Anexo I Radar AN/TPQ 37.

²⁴ End State: Objetivo final.

- **Hasty Attack:** Ataque imediato, é uma operação conduzida com forças imediatamente disponíveis para reforçar uma outra força empenhada ou para tirar imediata vantagem da situação do inimigo. Normalmente, não permite uma operação exaustiva da missão. Em resumo, é uma força que está sempre em prontidão para responder a qualquer eventualidade. É designada como Quick Reaction Force (QRF). No TO do Iraque seria normalmente empregue em reforço a qualquer patrulha de Combate, empenhada, ou quando surgem informações acerca do inimigo que têm que ser imediatamente exploradas de forma a potenciar os resultados obtidos.

- **Cordon and Search:** Cerco e busca é uma operação similar ao Raid, embora mais abrangente, já que não há informação tão precisa acerca do objectivo específico a atingir. Normalmente, envolve a montagem de um cordão de segurança em redor do objectivo, para impedir entradas e saídas. Depois da segurança estabelecida, é realizada uma busca por toda a área do objectivo de forma a obter informações, confundir o inimigo ou destruir as suas instalações.

- **Raid:** Raide é uma operação que envolve uma rápida penetração em território hostil para obter informações, confundir o inimigo ou destruir as suas instalações. Termina com uma retirada planeada após o cumprimento da missão.

- **Combat Outpost:** Postos de Combate Exteriores (PCE) são normalmente empregues em terreno restritivo onde forças blindadas não possam operar adequadamente, ou quando a força de segurança tem menor mobilidade que o inimigo, e pode ser empregue durante Operações de segurança como sejam a escolta ou cobertura. Os PCE são posições fortificadas para se empenharem contra os meios de reconhecimento e forças principais do inimigo. Em resumo, são posições a partir das quais se conduzem Operações fora do quartelamento para aumentar a esfera de influência da força através do controlo do terreno e população local, executando ações de patrulhamento e atividades em prol da proteção e aceitação da força.

- **FA operations:** Operações de AC, foram Operações que couberam unicamente à Bateria Bravo. Esta subunidade está organizada a dois pelotões, cada um deles com um PCT (...) e três obuses M109A6 155mm Paladin. Estas três armas têm estados de prontidão diferentes: Quente, pronta a fazer fogo; Morna, faz fogo quando surja um problema técnico com a anterior ou caso seja necessário massificar fogos com as duas secções; Fria: está em manutenção e com a guarnição a descansar ou eventualmente empenhada em outras missões atribuídas, como por exemplo patrulhamentos. Cada secção

faz um turno de doze horas consecutivas em cada um dos estados de prontidão. A passagem para o estado seguinte faz-se de fria para morno, quente e novamente fria.

As missões de tiro executadas foram principalmente de quatro tipos: Supressão imediata, contra morteiros, iluminação e iluminação ao nível do solo. Todas as armas possuem um velocímetro. Assim, antes do primeiro tiro, todas fazem a calibração, isto é, seis tiros aproveitáveis que permitem medir a velocidade inicial da arma, após o que os valores são enviados para o AFATDS²⁵ que equipa o PCT do pelotão, corrigindo as diferenças face aos valores padrão. Este processo aumenta consideravelmente a precisão do tiro.” (Administrador, 2009)

Após serem expressas as variadas tarefas treinadas pelo GAC da 172ª BCT, serão referidas algumas considerações finais sobre a AC.

“A AC no actual Ambiente Operacional tem como primeiro grande desafio a capacidade de precisão.” (Administrador, 2009) Sendo este o principal desafio da AC nos tempos que correm, pois, os danos colaterais são uma realidade, onde errar pode levar a consequências bastante graves, isto ainda mais agravado ao fato de uma força estar em território que não é o seu, ou seja, território hospedeiro. Sendo assim, a AC dos EUA “trabalha constantemente sob a bandeira dos cinco mandamentos, de forma a maximizar a precisão das suas armas: Localização precisa dos objectivos; localização das armas com GPS nestas; informação precisa acerca das armas e munições; informação meteorológica precisa, ininterruptamente a cada 4 horas; procedimentos no computador, AFATDS enorme preocupação com as valências dos operadores.” (Administrador, 2009)

É importante de referir, que os artilheiros americanos não se preocupam apenas com a AC, tendo por base o artigo em análise, outra das considerações finais fala exatamente da flexibilidade como uma das principais características desta arma. Isto porque, tal como já referido apenas umas das três Btrbf iria realizar Apoio de Fogos em proveito da brigada. As outras duas Btrbf iam desempenhar missões características das Unidades de manobra.

A este fato deve-se, fundamentalmente, a ameaça com que se iam deparar no Iraque e com a que se deparavam no Afeganistão, que não justificavam um poder de fogo tão massivo (dezoito bf do GAC) sobre objetivos pontuais, rentabilizando assim os meios humanos e matérias do GAC em outras missões. Outra das razões, seria que o inimigo com que se iam deparar neste TO, não era um inimigo convencional, sendo importante conferir

²⁵ AFATDS: Advanced Field Artillery Tactical Data System. Este equipamento faz parte do Sistema Automático de Comando e Controlo (SACC), que serve para auxiliar o planeamento, coordenação e execução do apoio de fogos.

flexibilidade a este tipo de Unidades, “para que conjuntamente com a rentabilização anteriormente descrita, proporcione um treino de vanguarda e experiência aos militares que não constituem somente as Unidades de manobra.” (Administrador, 2009)

Em suma, e após a análise do artigo sobre o aprontamento GAC para a operação Iraqui Freedom, percebe-se que a Artilharia, neste caso a AC, com treino adequado e voltado para a missão está apta a cumprir outro tipo de tarefas que não a sua missão fundamental de AF, missões estas desempenhadas normalmente por Unidades de manobra, ocupando assim a AC um papel importante nos TO contemporâneos.

Também é importante observar que “caso a Artilharia não se adapte à realidade do novo Ambiente Operacional, corre o risco de ficar doutrinariamente desatualizada face às ameaças que os estados enfrentam atualmente. Um exemplo desta realidade, é o fato de as Forças Armadas Norte americanas vocacionarem o seu treino e formação para a contra insurgência e terrorismo em detrimento do conflito de alta intensidade da guerra convencional.

Para além da imagem flexível e adaptável da Artilharia, persiste a necessidade de obtermos uma elevada precisão, reduzindo os danos colaterais e consequentemente o efeito negativo que um erro poderá ter na legitimidade política e militar da força no TO.” (Administrador, 2009)

2.2. Objetivo da habilitação da AC para as Missões Duais

“A Artilharia não pode baixar de um limiar mínimo para que possa cumprir os objectivos mas tem também que incorporar o conceito de “duplo uso”, de forma a ser percecionada a utilidade da sua existência no momento, tanto em fornecer segurança em tempo de paz como assegurar a paz na sua missão tradicional.” (Coimbra, 2011, p. 338)

Este conceito de “duplo uso” será pelo que a AC se deverá preparar para o futuro, para desta forma, responder às exigências dos modernos TO, conferindo assim um leque alargado de possibilidades no seu emprego.

Existem grandes alterações na forma de atuar nos TO contemporâneos e a “AC não pode “olhar” para estes acontecimentos sem reagir, ou melhor dizendo, sem tomar uma atitude proactiva perante o futuro próximo, sob o perigo de ser completamente ultrapassada e tornar-se progressivamente obsoleta, face a eventuais oportunidades de emprego operacional.” (Ferreira, 2009)

Um dos grandes objetivos da AC realizar outras tarefas que não o AF será exatamente para que se adeque às exigências dos TO da atualidade. Mostra disto será a “missão do GAC BrigMec de 29Jul09, onde este se prepara para executar Operações em todo o espectro das Operações, ou seja abrange várias tarefas, e isto não existia do anterior.” (Oliveira, 2012)

“É importante para a AC não se deixar ficar para trás neste tipo de missões, é por essa razão que o segundo semestre de 2012 do GAC da BrigMec vai ser no âmbito da preparação para as missões de AC bem como para outro tipo de missões.” (Oliveira, 2012)

Este será um exemplo de que mesmo no Exército português, parece já existir alguma preocupação em conferir aos artilheiros outras capacidades, que não sejam apenas a realização de AF no apoio a uma determinada força.

Outro fator que será importante para que as Unidades de AC confirmem aos seus militares capacidades fora do âmbito do AF, será a possível participação destes em missões, integrando algumas FND, sendo que por vezes os artilheiros que servem nas fileiras do nosso Exército se sentem “ultrapassados” pelos seus camaradas da manobra neste campo específico.

Tal como referido pelo atual Comandante do GAC da BrigMec, “é importante para a moral dos militares da unidade, temos de mante-los motivados e a preparação deles para estas missões, no âmbito das CRO, é mais uma possibilidade de integrarem contingentes numa missão no estrangeiro. É preciso não pôr de parte os conhecimentos artilheiros, por isso integrar os treinos de outras tarefas com os treinos de AC será muito vantajoso.” (Oliveira, 2012)

Algo muito importante acima referido é o fato de não colocar de parte os conhecimentos artilheiros, sendo assim, não será objetivo descurar os treinos operacionais no âmbito da AC, mas sim conjugá-los com treinos em outras tarefas que não sejam o AF.

A habilitação para as Missões Duais, poderá ser uma mais-valia, pois confere sem qualquer dúvida mais aptidões aos militares de AC, mas também poderá ter de ser realizada por uma questão de necessidade, o que no caso do GAC da 172^a BCT terá sido “uma questão de necessidade, não havendo militares suficientes para cumprir todas as missões que estavam atribuídas à BCT, esta foi articulada com esse intuito, utilizando assim todas as forças disponíveis.” (Rodrigues, 2012)

Neste caso em particular, foi por falta de efetivo, para responder a todas as missões atribuídas e por outras considerações acima referidas, como a ameaça com que se iriam deparar no TO do Iraque. Mas ao conferir tais aptidões aos militares de AC, será sempre

uma mais-valia, quer para uma unidade em específico quer para um Exército em geral, pois em caso de necessidade os militares estão capacitados com outras valências e prontos a desempenhar outras tarefas normalmente realizadas por forças de manobra.

2.3. Vantagens e desvantagens das Missões Duais

Seguidamente apresentam-se algumas vantagens e desvantagens dos militares de AC estarem habilitados para executar as ditas Missões Duais, estas ilações são apresentadas pela análise durante a realização deste TIA bem como pelas entrevistas realizadas no âmbito do presente trabalho.

“É vantajoso que a AC esteja preparada para outras tarefas, isso sim, agora se for para uma missão que não seja de Artilharia isso não é vantajoso. É muito vantajoso se realizarmos tarefas em proveito da força se a ameaça assim o permitir.” (Grilo, 2012)

Neste caso segundo Grilo 2012, não se devem entender Missões Duais como dar uma missão exata à AC fora do âmbito da Arma, pois, a missão específica da AC é realizar AF a uma determinada força. Agora o que pode ser feito, e o que é também o entender deste TIA, é capacitar os artilheiros a realizar outras tarefas que não sejam o AF. Tarefas realizadas em proveito da força e caso a ameaça o permita.

Ou seja, se uma unidade de AC vai para um TO é porque no entender do Comandante da força presente nesse TO é necessário ter AF, mas se numa determinada situação não é necessário realizar AF ou não é necessário estar toda a força de AC pronta a realizar o AF, então podemos utilizar esses militares que estão “a mais” para realizar tarefas fora do âmbito da Artilharia, militares esses que já têm de ir para o TO habilitados para tal.

“Existem também vantagens em termos de motivação para o pessoal da unidade, ao realizarem o treino operacional, e com a possibilidade de realizarem missões numa força de Artilharia, e outra grande vantagem é também a da experiência para esses militares.

Existem também vantagens para a Arma, como por exemplo não ficar fechada sobre si e continuar ativa em missões no exterior. Para os militares de AC será a valorização individual.” (Oliveira, 2012)

Neste caso em específico, as vantagens apresentadas focam-se no âmbito da possibilidade da AC se tornar mais “presente” em missões no exterior, integrando uma FND. Este fato, segundo Oliveira 2012, é importante na medida em que dá aos militares

em geral mais motivação para servir numa unidade de AC, uma vez que esta arma no que diz respeito à participação em missões no exterior, tem sido de alguma forma relegada para segundo plano, quando comparada com as armas da manobra.

Habilitar os artilheiros para outras tarefas fora do âmbito do AF, confere como já referido grande flexibilidade às Unidades de AC, e alarga a possibilidade de emprego operacional de uma força de AC.

“A vantagem será principalmente o conhecimento, isto para qualquer força, para ter rotinas e conhecimento em outras áreas, em virtude da ameaça atual que está relacionada com os conflitos assimétricos. Para a AC será bom ter uma maior versatilidade, e capacidade de rotatividade, no AF e noutras tarefas.” (Rodrigues, 2012)

Neste caso a vantagem referida será na área do conhecimento geral para os artilheiros, alargando o seu conhecimento podem também aumentar a sua possibilidade de atuação no âmbito de outras tarefas que não fundamentalmente de AC. Alertando principalmente para a ameaça atual que poderá levar à necessidade deste aumento dos conhecimentos, neste caso não só para os artilheiros mas para os militares em geral, uma vez que a assimetria dos conflitos faz com que estes não se desenrolem de uma forma convencional e a ameaça seja cada vez mais diversificada.

Uma vez analisadas algumas das vantagens das Missões Duais, passa-se agora a apresentar algumas das desvantagens destas.

“A desvantagem seria se a AC fosse empregue apenas no âmbito de uma CRO, basicamente como uma unidade de manobra, aí iriam perder-se as competências artilheiras. Deve sim desempenhar mais que uma tarefa no decorrer de uma grande operação, que podem ir desde missões específicas de AC até outras tarefas.” (Oliveira, 2012)

A desvantagem aqui apresentada, explana a principal preocupação da AC ao treinar outras tarefas que não sejam as missões específicas de AC. Esta desvantagem debruça-se sobre o fato de se perderem algumas competências ou mesmo alguns mecanismos no que toca, por exemplo ao AF. É necessário para realizar o AF adequando a uma força que os artilheiros tenham certos automatismos para cumprir as missões de tiro (MT) oportunamente, estas práticas apenas com treino repetido levam ao limiar da perfeição.

A preocupação é então, ao treinar outras tarefas, a possibilidade de se perderem os automatismos das missões específicas de AC, e é isto que tem de se contrariar executando treinos com um carácter dual, quer de missões específicas de Artilharia quer de outras tarefas, no caso em estudo, realizadas normalmente por forças de manobra.

“Uma grande desvantagem é que a prática de executar outras tarefas como patrulhamentos, não é o nosso core business, e podem perder-se os conhecimentos no âmbito da tática e do tiro de AC.” (Rodrigues, 2012)

Mais uma vez a desvantagem aqui apresentada, segundo Rodrigues 2012, remete para o fato de se perderem os conhecimentos artilheiros, neste caso especificamente, da tática e do tiro de AC. É um fato que para se treinarem tarefas das Unidades de manobra, têm de se mudar as técnicas táticas e procedimentos (TTP) da AC, pelo menos, quando executam essas tarefas, ao serem alterados esses procedimentos pode levar-se certamente a algumas alterações no decorrer normal das missões de AC.

O objetivo, mais uma vez, de se habilitarem as forças de AC a realizar tarefas não específicas, será adequar as TTP à realização das Missões Duais, nunca prejudicando a missão fundamental da AC no âmbito do AF.

2.4. Síntese do capítulo

O capítulo 2 iniciou com uma pequena síntese de algumas situações em que realmente a AC foi empregue num determinado TO, emprego este relacionado com o tema deste TIA, ou seja, onde tenha sido empregue AC mas que esta tenha desempenhado outras tarefas que não apenas o AF.

Como foi analisado e apresentado ao longo deste capítulo, algumas das razões da AC ser empregue em outras tarefas fora do âmbito das missões específicas da Artilharia, será por carência de efetivos, ou então porque num determinado momento do Combate não é necessário o AF. Tendo atenção que a necessidade ou não de AF poderá ser porque não é mesmo empregue qualquer AF de AC nas ações que estão a decorrer, ou por o volume de fogos disponível ser demasiado elevado para o TO em questão.

Na primeira situação, podem então utilizar-se os artilheiros para realizarem outras tarefas que não o AF, quando estes não estão empenhados na sua missão fundamental. E neste empenhamento podem ser realizadas as mais diversas tarefas, como por exemplo, segurança a um perímetro, checkpoints, patrulhamentos, etc.

Na segunda situação, se uma força de AC parte para um TO, onde existem de alguma forma, militares da manobra em falta, podem ser utilizados os artilheiros para cumprir tarefas que normalmente seriam cumpridas por forças de manobra. Neste caso em

específico, foi o que aconteceu ao GAC da 172^a BCT, apresentado como estudo de caso no presente capítulo.

No aprontamento da 172^a BCT chegou-se à conclusão que dezoito bf seria demasiado volume de fogos para o TO e fundamentalmente para a ameaça em questão, assim sendo, utilizaram-se na mesma os militares do GAC dessa BCT para executarem outras tarefas não específicas de AC.

Neste capítulo apresentaram-se também os principais objetivos da AC estar habilitada a realizar Missões Duais, bem como as vantagens e desvantagens deste tipo de missões.

Os principais objetivos da AC estar capacitada a executar tarefas fora do âmbito do AF serão, a sua adequabilidade aos modernos TO, adaptando-se às exigências destes e á mudança que neles tem ocorrido, fazendo face a um inimigo multifacetado, será também a preocupação de não se deixar ultrapassar, sendo a utilização da AC nos modernos TO posta em causa e ainda conferir aos militares de AC novos conhecimentos e capacidades conferindo às próprias Unidades uma maior flexibilidade no que diz respeito ao seu emprego operacional.

As grandes vantagens das Missões Duais serão desde logo a possibilidade da AC executar tarefas em proveito de uma força caso a ameaça o permita, tarefas para as quais os militares têm de estar capacitados. Outra das vantagens referidas é o acréscimo da moral dos militares de uma unidade de AC, principalmente em Portugal, pois os artilheiros têm de alguma forma sido postos de parte quando se parte com uma força para uma determinada FND, por isso, a possibilidade dos artilheiros terem experiência em outras tarefas pode reforçar a ideia de que a AC ainda tem capacidades de ser empregue operacionalmente como força integrante de uma FND.

Por último, é de salientar ainda o conhecimento adquirido pelos militares, uma vez que desenvolvam a prática de tarefas que não sejam o AF, é conferido mais conhecimento aos artilheiros, o que contribui para uma maior versatilidade e flexibilidade da AC.

As desvantagens apresentadas, apontam no sentido de se poderem perder os conhecimentos específicos de AC por parte dos militares que executem treino nas tarefas fora do âmbito do AF. Esta preocupação é algo contra o qual se tem de “lutar” para que se possa adequar o treino praticando dualmente missões de Artilharia e outras tarefas características das Unidades da manobra.

Capítulo 3

AC portuguesa

O presente capítulo visa desenvolver alguns pontos sobre a AC em Portugal, destacando uma breve análise aos GAC da Brigada Mecanizada (BrigMec) e da Brigada de Reacção Rápida (BrigRR).

A análise será delimitada apenas a estes dois GAC, principalmente pelo trabalho de campo desenvolvido, no que diz respeito a entrevistas, uma vez que foram realizadas entrevistas aos Comandantes destes dois GAC. O outro aspeto é o treino dado atualmente aos militares destes, que para o tema deste TIA parece adequado, pois são desenvolvidas outras tarefas, por exemplo no âmbito das CRO, no seu treino operacional que não apenas o AF. Mais uma das razões para analisar apenas dois dos três GAC²⁶ da AC portuguesa, foi a possibilidade de emprego destes numa possível missão no âmbito da NATO, sendo que apenas os materiais do GAC da BrigRR²⁷ e da BrigMec²⁸ cumprem os requisitos NATO para um possível emprego destes.

O Exército português tem sido empenhado diversas vezes em missões internacionais, missões essas que na sua grande parte são no âmbito das CRO.

“No âmbito da sua missão específica, a Artilharia é a única Arma que nunca participou nestas actividades como unidade constituída devido à sua especificidade de emprego e às necessidades que os TO actuais exigem.” (Rodrigues J. , 2011)

Esta será uma das principais razões para a AC portuguesa se adequar devidamente às exigências dos modernos TO, conferindo aos seus militares maior

²⁶ Três GAC: Em Portugal existem três GAC: GAC da Brigada de Intervenção (BrigInt) sediado no RA5 em Gaia; GAC da BrigMec sediado no CMSM; e GAC da BrigRR sediado no RA4 em Leiria.

²⁷ BrigRR: caracteriza-se como uma Brigada ligeira e de rápida projecção. As Unidades desta Brigada, têm capacidade de atuação em Operações aeromóveis ou aerotransportadas tendo a possibilidade de poderem ser empregues em todo o espectro de missões e cenários que requeiram forças ligeiras, neste quadro incluem-se o Combate ao terrorismo e a outras ameaças assimétricas.

²⁸ BrigMec: caracteriza-se como uma Brigada “pesada”, com fortes capacidades de poder de choque e poder de fogo, sendo uma Brigada relativamente difícil de projetar, no que diz respeito à rapidez com que o pode fazer. É constituída por Unidades de manobra, apoio de Combate e apoio de serviços. Tendo capacidade para projetar e empenhar, de forma sustentada apenas uma unidade mecanizada escalão batalhão. A BrigMec esta essencialmente vocacionada para conflitos de alta intensidade, em situações onde o poder de choque, poder de fogo e a proteção sejam determinantes para o emprego de meios mecanizados e blindados.

flexibilidade no que diz respeito às suas possibilidades de emprego. O treino para as Missões Duais, poderia conferir à AC a flexibilidade que esta necessita, capacitando os militares que servem esta arma a realizar tarefas não específicas de AC.

3.1. Caracterização geral

De uma forma geral a AC portuguesa esta dividida pelas três brigadas nacionais, sendo estas a Brigada de Intervenção (BrigInt), Brigada Mecanizada (BrigMec) e Brigada de Reação Rápida (BrigRR), tendo cada uma delas um GAC para o seu AF.

Como anteriormente referido, neste TIA apenas serão caracterizados os GAC da BrigRR e BrigMec.

O GAC da BrigRR encontra-se no RA4 em Leiria. Este GAC tem a capacidade de poder ser aerotransportado e aeromóvel, devido aos seus equipamentos. O material utilizado é o Obus M119 105mm LG/30/m98, sendo este um obus atual e adequado ao emprego que se pretende para a BrigRR. Este material quando comparado, por exemplo ao material da mesma categoria do Exército dos EUA, necessita apenas da sua atualização para melhorar o seu desempenho operacional.

Este GAC está preparado para “conduzir Operações de estabilização e de apoio e outras CRO e para participar em Operações de Combate ao terrorismo e de contra insurreição.” (EME, 2004) Este GAC, já participou na NRF 14 e na NRF 17, aprontando uma bateria de AC para cada uma destas NRF.

O GAC da BrigMec está situado no Campo Militar de Santa Margarida (CMSM), no Quartel de Artilharia (QA). Está equipado com o obus 155mm M109A5 AP²⁹, que cumpre os requisitos NATO, sendo que, nos atuais TO poderia vir a ser empregue como demonstração de força, por exemplo.

Este GAC tem por missão, “conduzir Operações em todo o espectro das Operações Militares, no âmbito nacional e internacional, de acordo com a sua natureza.” (EME, 2004)

3.2. NRF e Battlegroups

²⁹ AP: é a abreviatura de Auto propulsado.

Foram referidas durante o presente trabalho as designações NRF e Battlegroups, tendo a AC portuguesa aprontado até ao momento duas NRF no GAC do RA4, pretende-se neste subcapítulo perceber a que correspondem estas designações.

Para além de referir o que são cada uma destas designações este subcapítulo pretende demonstrar como pode a AC ser empregue, quer numa NRF quer num Battlegroup.

Dentro do tema das Missões Duais, esta temática será de interesse debater, pois, a Artilharia estar habilitada a realizar um vasto conjunto de tarefas é um dos requisitos, por exemplo, da NRF, realizar patrulhamentos, controlo de tumultos, checkpoints e outras tarefas normalmente realizadas por forças de manobra.

“Estas designações correspondem então a conceitos de forças multinacionais, orientadas para a intervenção fora do território dos países membros de cada uma destas organizações, a primeira constituída no âmbito da NATO e a segunda na esfera da União Europeia (UE).” (Baptista, 2009)

As diferenças destas forças, não são apenas no âmbito do seu enquadramento político estratégico, partindo assim para uma descrição particularizada de cada uma delas.

Começando pelo conceito de NRF este foi “apresentado pela primeira vez na cimeira de Praga, em 2002, e visava responder a uma necessidade de resposta rápida da aliança³⁰ a novas ameaças e desafios emergentes. A força a criar consistiria em meios tecnologicamente avançados, flexíveis, deslocáveis, interoperáveis e sustentados, incluindo meios navais, terrestres e aéreos, capazes de serem rapidamente movimentados para onde o conselho do Atlântico Norte decidisse. Esta força, conjunta e combinada, seria mantida num elevado grau de prontidão³¹, preparada e treinada para actuar de forma isolada, num conjunto alargado de missões, ou para integrar forças de maiores dimensões, onde e quando necessário.” (Baptista, 2009)

As NRF tinham como data para a sua capacidade operacional inicial (IOC) a data de outubro de 2004, sendo que em outubro de 2006 teriam de garantir a sua capacidade plena de atuação (FUC).

“O quadro de missões passíveis de serem cometidas à NRF é bastante alargado e compreende, na sua génese, o seu emprego em três tipos de situações diferentes: como força única presente no TO; em conjugação com outras forças; acções de demonstração de força.” (Baptista, 2009)

³⁰ Aliança: este termo refere-se à aliança NATO

³¹ Grau de prontidão: entre 5 a 30 dias.

É no primeiro quadro de missões, como força única presente no TO, que se enquadram as CRO, sendo este uma das delimitações iniciais ao tema em estudo.

“A NRF corresponde a uma força com um efectivo de aproximadamente 25.000 homens, repartidos em diversas componentes³², sendo geralmente a componente terrestre aquela que incorpora o maior contingente, cerca de 9.500 efectivos.” (Baptista, 2009)

No que diz respeito á Artilharia a sua participação “na NRF está directamente relacionada com o nível de multinacionalidade correspondente a cada módulo de capacidade e sobretudo com o conceito *minimum core*³³, o qual define quais as componentes da força que deverão ser assumidos pela nação que assegura a espinha dorsal de cada NRF.” (Baptista, 2009)

“Como um dos módulos de capacidade da NRF, o GAC surge directamente associado à nação *framework*³⁴, ou seja será desse país a responsabilidade de assegurar a disponibilização do GAC, embora o nível de multinacionalidade exigido permita a participação de 2 a 4 nações na sua estrutura. Assim sendo, o Exército poderia participar com uma Btrbf na sua estrutura.” (Baptista, 2009)

Existem também alguns requisitos exigidos para que a AC possa ou não participar numa NRF, mesmo integrando o GAC de outro país, apenas com uma BTRBF.

Analisando os *capability statements* na vertente da AC, esta deveria garantir que o seu GAC integrasse um mínimo de 24 obuses; tempo mínimo para entrada e saída de posição; minimizar os riscos de contrabateria; alcances superiores a 25km; capacidade de destruição de alvos com blindagem ligeira; capacidade de coordenação dos fogos das Btrbf orgânicas e de ligação com as Unidades apoiadas; nível adequado de protecção da força, face a ameaça NBQ e de engenhos explosivos improvisados; capacidade de sobrevivência mínima de três dias, sem abastecimentos; Preparação para a condução de outros tipos de missões, num quadro de OAP, como, patrulhamento de itinerários, controlo de tumultos, etc.

É nesta ultima parte que mais uma vez se podem inserir as ditas Missões Duais, não sendo a missão específica da AC, mas tem de estar habilitada a realizar as mesmas.

Partindo agora para o conceito de *Battlegroup*, este “surge associado ao desenvolvimento de uma capacidade de resposta rápida a crises, por parte da UE, sendo

³² Diversas componentes: dividem-se em componente aérea, terrestre e naval.

³³ *Minimum core*: Conceito estabelecido no NRF long term force generation component Framework nation minimum core list.

³⁴ *Nação Framework*: é a nação responsável pela capacidade global da força (informações, apoio de Combate e logística).

apresentado em março de 2004 e prevendo uma IOC em 2005 e uma FOC em janeiro de 2007, a qual já foi atingida.

Corresponde a uma estrutura de forças considerada como minimamente eficaz, credível, projectável e coerente, capaz de assegurar de uma forma isolada o cumprimento de determinadas missões ou de integrar uma força de maiores dimensões, intervindo neste caso na fase inicial da operação.

Em termos de dimensão, é bastante mais reduzida que a NRF, cerca de 1500 efetivos, baseando-se num agrupamento tático de escalão Batalhão, reforçado com meios de Apoio de Combate e de Apoio de Serviços, além de uma capacidade de projecção autónoma. O Battlegroup deve respeitar o critério de multinacionalidade, sendo contudo baseado numa nação Framework ou numa coligação de países previamente estabelecida.” (Baptista, 2009)

No que diz respeito à prontidão dos Battlegroups, estes devem ter “uma prontidão que permita uma decisão sobre o lançamento da operação até 5 dias após a aprovação do conceito de gestão de crises e a colocação de forças na área de Operações até 10 dias após a tomada de decisão (...).” (Baptista, 2009)

Em termos de missões onde podem ser empenhados, os Battlegroups apenas cumprem uma parte das missões que podem ser dadas a uma NRF. As missões possíveis de atribuir a um Battlegroup são: a separação das partes pela força; prevenção de conflitos; evacuação de não Combatentes e assistência humanitária.

Falando da AC num Battlegroup, a sua presença “está directamente associada a um modelo proposto por cada um dos países que disponibilizem este tipo de forças à UE. (..) Considerando os modelos conhecidos da Polónia, Itália, França e Espanha, podemos afirmar que, genericamente, os meios de AF orgânicos de um Battlegroup são uma Bateria de AC 105mm ou uma Companhia de Morteiros Pesados.” (Baptista, 2009)

Estes meios na AC portuguesa encontram-se no GAC da BrigRR.

Existem alguns requisitos para as forças de um Battlegroup, tal como acontece na NRF, sendo que uma força que faça parte de um Battlegrouo deve ter a “possibilidade de ser aerotransportável; capacidade de ligação às Unidades apoiadas e aos escalões superiores; capacidade de cobertura da Área de Operações (AO) do Battlegroup; nível adequado de protecção da força, face as ameaças NBQ e de engenhos explosivos improvisados; interoperabilidade com as outras forças integrantes do Battlegroup.” (Baptista, 2009)

3.3. Treino e formação

Pretende-se neste subcapítulo apresentar a formação que devem ter os militares de AC para poderem realizar as Missões Duais de AC, objeto de estudo deste TIA. Para se verificar o que é necessário é igualmente importante perceber-se o que já se faz e o que já se fez nesse sentido.

Neste âmbito é necessário “adaptar a formação e treino das Unidades de Artilharia às verdadeiras necessidades operacionais.” (CPCA11, 2011)

Tal como referido, adaptando a formação e o treino às necessidades, será a única forma da AC portuguesa acompanhar os Exércitos de referência.

“Com o aumento da nossa participação em missões no exterior, deverá haver uma crescente preocupação sobre a melhor forma de aperfeiçoar o treino operacional das Unidades de AF em geral e das Unidades de AC em particular. O treino deverá ser abrangente, através da execução, não só de missões tradicionais de AC, assim como missões não tradicionais.” (CPCA11, 2011) Aqui apresenta-se mais uma opinião de que a AC se deve preparar para outras missões ou tarefas que não sejam apenas as suas missões específicas, normalmente vocacionadas para o AF.

Uma situação que deve merecer especial atenção é que “a formação e o treino deverão proporcionar quadros e forças de AC, aptos a responder, tanto a nível tático como técnico, às solicitações do Ambiente Operacional contemporâneo” (CPCA11, 2011).

Segundo o atual Comandante do GAC da BrigRR, “na NRF participamos no treino de bateria com o treino para essas tarefas variadas, e nas duas NRF as baterias passaram na certificação à primeira, o que significa que estão preparadas.” (Grilo, 2012)

As certificações relativas às NRF são as denominadas CREVAL³⁵, o GAC da BrigRR obteve nesta avaliação um parecer positivo do seu desempenho, o que significa tal como referido por Grilo, 2012, que a Bateria de AC que realizou este aprontamento se encontrava em condições para ser empregue em qualquer das situações para que tinha sido preparada. Deste pequeno excerto pode-se afirmar, que a AC tem capacidades reconhecidas e pode realizar outras tarefas que não a sua missão específica, tarefas que se encontrava na lista de treino para a NRF 17, neste caso.

³⁵ CREVAL: Combat Readiness Evaluation, pretende avaliar uma determinada força aquando do seu aprontamento, no caso em estudo, o aprontamento de uma NRF

Relativamente à BrigMec “O GAC tem de se preparar pelo seu plano de treinos a cumprir tarefas no âmbito de uma CRO, tarefas estas que normalmente são executadas pelas forças de manobra.” (Oliveira, 2012) O plano de treinos aqui referido é o planeamento de 2012, onde segundo o Comandante do GAC são contemplados treinos no âmbito das CRO, aparecendo contempladas tarefas não específicas da AC.

Quer para o GAC da BrigRR quer para o GAC da BrigMec a lista de tarefas essenciais para a missão (LTEM), prevê o treino de tarefas no âmbito da CRO, como escolta a coluna de viaturas, montagem de postos de controlo (checkpoints), conduzir patrulhas apeadas e motorizadas, técnicas anti tumultos (TAT), Combate em áreas edificadas (CAE) onde engloba a limpeza de áreas edificadas, cerco e busca a uma área edificada e também técnicas de revista a não Combatentes. Todas estas tarefas normalmente não são treinadas ou, pelo menos, previstas na missão fundamental da AC. Direta ou indiretamente pode referir-se que a AC portuguesa já se está a preparar para as Missões Duais apresentadas neste TIA.

3.4. Possibilidade de emprego

No subcapítulo aqui apresentado, o objetivo de analisar a possibilidade de emprego da AC portuguesa, será a possibilidade de realizar Missões Duais, realizando AF e ao mesmo tempo estar preparada a responder a qualquer situação inopinada no decorrer do Combate, estando habilitada para realizar outras tarefas que são normalmente realizadas por forças da manobra.

Esta análise tem por base as observações realizadas ao longo deste trabalho, bem como, o contributo resultante de algumas entrevistas realizadas.

Segundo o atual Comandante do GAC da BrigRR, a AC “está apta a realizar este tipo missões. Tem mesmo participado quer com militares isolados quer enquadrados em forças de pequeno escalão, pelotões, em FND para executar tarefas de apoio da força e os relatórios e referências feitos a esses militares dizem que eles executaram as missões, pelo menos de igual forma que outros militares que não sejam de Artilharia.” (Grilo, 2012)

Nesta afirmação, a base de sustentação para referir que a AC portuguesa tem capacidades de realizar outras tarefas que não apenas o AF, são os relatórios sobre alguns militares de AC que desempenharam funções em FND, tendo estes relatórios um parecer

positivo, parece que os artilheiros têm capacidade, com a devida formação, de executar tarefas que não sejam apenas a missão primária da AC.

“Tem sim, temos oficiais e sargentos a serem requisitados para dar formação no âmbito das OAP, isso demonstra que também temos capacidades a esse nível.” (Oliveira, 2012) Esta afirmação aponta para as OAP, onde militares de Artilharia já têm formações em diversas áreas. Neste caso referia-se aos militares, que à altura da entrevista realizada em Março de 2012, se encontravam a dar formação no âmbito das OAP, no Regimento de Cavalaria N°4 (RC4) em Santa Margarida.

Neste momento a AC portuguesa poderia ter participado com uma Btrbf, isto no GAC da BrigRR, em duas NRF a 14 e a 17, apenas não participou porque tal não foi necessário efetivamente.

Segundo as avaliações realizadas à Btrbf, definidas como CREVAL as Btrbf que o GAC da BrigRR aprontou estavam aptas para cumprir o que lhes era exigido com bastante distinção.

Entre as tarefas que iriam executar, na possibilidade de serem empenhados, a Btrbf tinha a capacidade de realizar tarefas no âmbito das CRO, que não se constituíam como a missão primária da AC.

Contudo “a parca participação dos militares da BArtCamp³⁶/NRF14 na FND KFOR, influenciou o moral e bem-estar, com a manifestação de alguma insatisfação por, uma vez mais, os militares de Artilharia serem relegados para segundo plano face aos seus camaradas da manobra, com consequências no interesse e vontade de servir numa unidade de Artilharia.” (Rodrigues, 2011)

É importante como acima referido, que se os militares têm formação e capacidades para executar uma determinada missão, sejam empregues nessa missão, caso contrário acabam por desmoralizar e ficar insatisfeitos. No caso das duas NRF aprontadas no GAC da BrigRR, não foi realmente necessário o seu emprego, mas o que é verificado é que segundo as avaliações realizadas á NRF14 e á NRF17, os artilheiros encontravam-se bem preparados, e reflexo dessa boa preparação foram as CREVAL realizadas, que aprovaram com nota distinta os militares destas NRF em todas as missões que eram exigidas que estes treinassem.

Finalizando as possibilidades de emprego da AC portuguesa, destaca-se uma possibilidade desta ser empenhada naquela que é a sua missão fundamental, o AF, e neste

³⁶ BArtCamp: Bateria de Artilharia de Campanha.

sentido “um possível cenário de aplicação da Artilharia é na rendição de forças actualmente empenhadas. Neste (...) plano seria necessário um acordo com os países aliados no sentido de contribuir para o esforço da operação através da rendição de Unidades de Artilharia, evitando assim o esgotamento que se começa a fazer sentir nos Exércitos em missão. Teríamos desta forma Unidades de Artilharia a participar em FND cumprindo a sua missão primária, a de fornecimento do AF adequado às Operações da força.” (Baptista, 2009)

3.5. Síntese do Capítulo

Neste capítulo, reservado para a AC em Portugal, destacaram-se algumas possibilidades de ser empregue realizando as Missões Duais definidas ao longo deste TIA.

Iniciou-se com uma caracterização geral da AC portuguesa, onde se destacaram para a análise em questão os GAC da BrigMec e da BrigRR.

Foi realizado também um subcapítulo sobre NRF e Battlegroups, por terem sido conceitos referidos ao longo do trabalho, mas principalmente pela possibilidade da AC ser empregue numa destas vertentes. Sendo que no que diz respeito às NRF, o GAC da BrigRR já realizou o aprontamento da NRF14 e da NRF17 com uma Bateria de AC cada, e tendo o seu desempenho sido reconhecido nas avaliações realizadas.

Este capítulo fala ainda do treino e formação necessários para que a AC possa vir a desempenhar as Missões Duais, bem como a possibilidade ou não de ser empregue num TO onde seja necessária uma força de AC com estas capacidades, realizar AF bem como outras tarefas que normalmente são executadas por forças de manobra. Neste âmbito importa mais uma vez fazer alusão às NRF e Battlegroups na vertente da AC, uma vez que estas duas componentes exigem que a AC esteja apta a realizar outras tarefas que não apenas o AF, tarefas como realizar checkpoints, controlo de tumultos, patrulhamentos e outras tarefas características das Unidades de manobra.

Conclusões

Conclusões

As conclusões pretendem sintetizar as reflexões sobre o tema em investigação neste trabalho. Esta síntese aparece com a resposta às questões derivadas colocadas no início do TIA, questões que foram uma forma de delimitar a investigação e contribuir para dar resposta à questão central da investigação: **Como se processam as Missões Duais de Artilharia de Campanha?**

Verificação das hipóteses

Após a análise das informações, segundo Quivy & Campenhoudt, é necessário responder às questões derivadas formuladas no início desta investigação, bem como proceder à verificação das hipóteses.

Esta síntese conclusiva segue uma sequência onde primeiro se dão as respostas as questões levantadas e posteriormente às hipóteses.

As questões derivadas da questão central levantadas no início do trabalho foram as seguintes:

- **Porque são realizadas este tipo de missões nos teatros de Operações contemporâneos?**
- **Qual o objetivo da Artilharia de Campanha possuir capacidades duais?**
- **Quais as vantagens e desvantagens deste tipo de missões?**
- **Estará a AC portuguesa preparada para executar Missões Duais?**

Sobre a primeira questão derivada: **Porque são realizadas este tipo de missões nos teatros de Operações contemporâneos?** Levantou-se a seguinte hipótese: **H1**. O emprego dual da AC tem como objetivo rentabilizar os meios materiais e humanos.

Esta hipótese verifica-se, referindo um caso particular, como por exemplo, o caso referido no capítulo 2 sobre o aprontamento do GAC da 172ª BCT, onde os artilheiros foram empregues na Operação Iraqui Freedom com o objetivo de rentabilizar recursos humanos nesse caso, pois o efetivo não era suficiente e uma vez que apenas uma Btrbf era suficiente para conferir o AF adequado à 172ª BCT, os restantes militares desse GAC foram empregues na realização de outras tarefas não

específicas de AC.

Na grande maioria destas missões, pode-se igualmente verificar esta hipótese, principalmente no que diz respeito à maximização de recursos humanos, pois se os artilheiros estiverem aptos a realizar checkpoints, patrulhamentos, controlo de tumultos, e outras tarefas normalmente realizadas pelas forças de manobra, tanto podem desempenhar missões de Apoio de Fogos, como desempenhar outras tarefas, quando não estão empenhados na sua missão tradicional.

Assim poder-se-iam poupar alguns recursos humanos, focados apenas neste tipo de tarefas.

Relativamente à segunda questão derivada: **Qual o objetivo da Artilharia de Campanha possuir capacidades duais?** Levantou-se a hipótese: **H2.** Habilitar a AC a realizar Missões Duais confere vantagens significativas ao apoio da força.

A hipótese verifica-se, pois, se temos Unidades de AC com capacidade de conferir o AF adequado a uma força e ao mesmo tempo habilitada a realizar outras tarefas executadas por forças de manobra, confere nítida vantagem quando o seu AF não for necessário, ou como no caso que foi estudado no capítulo 2, se o AF de um GAC for mais que aquele que é realmente necessário, rentabilizamos os restantes militares para executarem outras tarefas para as quais estão capacitados.

Continuando com a resposta a esta questão, da análise realizada durante este TIA, pode também referir-se que o objetivo da AC possuir capacidades duais, é o não se deixar ficar “paralisada” naquilo que é a sua missão fundamental como força de AF, conferindo maior flexibilidade aos seus militares adaptando-se definitivamente às exigências dos modernos TO.

“A AC conseguiu ajustar-se bem as outras missões que não de guerra e apesar dos problemas de mobilidade e dos constrangimentos políticos definidos para este tipo de Operações, a Artilharia continuará a desempenhar um conjunto variado de papéis.” (Costa, Avelar, Batista, Baptista, & Glória, 2009)

Na terceira questão derivada: **Quais as vantagens e desvantagens deste tipo de missões?** Foi levantada a seguinte hipótese: **H3.** Ao realizar outras tarefas que não a missão fundamental da AC estamos a desperdiçar o principal meio de AF à disposição do Comandante.

Esta hipótese não se verifica, pois, uma das preocupações da AC ao realizar as Missões Duais aqui apresentadas, deve ser preocupar-se principalmente com aquilo que é a sua missão primária, de fornecer AF adequado a uma determinada força, ao garantir

que é cumprida esta preocupação, deve então executar outras tarefas para as quais os seus militares estejam habilitados, com o treino e a formação adequados.

A hipótese aqui apresentada foi a preocupação mais encontrada durante o estudo realizado nesta temática, sendo apontada mesmo como uma das desvantagens da AC realizar Missões Duais.

Algumas das vantagens apresentadas apontaram para a flexibilidade da AC, ao estar habilitada a realizar tarefas normalmente executadas pelas forças da manobra, como os patrulhamentos, controlo de tumultos, montagem de checkpoints, entre outras. Também o conhecimento adquirido ao habilitar os artilheiros para estas tarefas é apontada como uma das vantagens das Missões Duais de AC, outro aspeto, seria o aumento da moral dos militares de AC, estando aptos a executar outras tarefas que não apenas o AF, seria maior a possibilidade de uma força de AC ser empregue no âmbito de uma FND, aumentando assim a “vontade” dos militares servirem numa Unidade de AC.

Na quarta questão derivada: **Estará a AC portuguesa preparada para executar Missões Duais?** Considerou-se a seguinte hipótese: **H4**. A AC portuguesa está habilitada a participar em FND bem como a executar Missões Duais.

Esta hipótese verifica-se, e essa verificação já foi efetuada no RA4 na NRF14 e na NRF17, as Btrbf aprontadas para essas duas NRF foram aprovadas a quando da sua avaliação, as denominadas CREVAL.

No âmbito do aprontamento para as NRF, as Btrbf preparavam-se para executar diversas tarefas sem ser o AF, tarefas desde CAE, ou escolta de colunas civis, e o que foi verificado, é que os artilheiros executaram tão bem essas tarefas como qualquer outra força de manobra.

A realidade é que apenas essas duas NRF, no RA4 foram realmente aprovadas no que diz respeito à AC portuguesa, mas o que se verifica é que desde que tenham o treino adequado os militares conseguem executar tarefas de forças de manobra tão bem como qualquer outra força. Ainda é dado um outro ponto positivo aos artilheiros para a prática destas tarefas, que é a sua forma de ligarem aos pormenores, que por vezes fazem a diferença em algumas tarefas, sendo bastante minuciosos conduzem a que normalmente as missões corram bem.

Outra limitação, é que a AC portuguesa, segundo Grilo 2012, apenas pode aprontar no máximo uma Btrbf, porque em termos daquilo que é o Exército português para aprontar um GAC já teriam de se disponibilizar meios humanos que não possuímos. Ou seja, se for necessário projetar uma Btrbf apta a executar Missões Duais, aí sim a AC

tem capacidade de a fornecer com as condições necessárias a realizar a sua missão.

Resposta à questão central

Partindo da análise das respostas às questões derivadas, bem como à análise das hipóteses levantadas, pode dar-se agora resposta à questão central desta investigação:

Como se processam as Missões Duais de Artilharia de Campanha?

“É importante de referir que continua a ser verdade que a capacidade da AC de dar resposta a pedidos de fogos continua a ser maior que a dos restantes meios de AF, quer pela rapidez, quer pela capacidade de actuar em quaisquer condições. Da mesma forma também é verdade que a precisão das munições para a Artilharia tem vindo a ser melhorada, sendo economicamente menos onerosa do que o uso do apoio aéreo.” (Costa, Avelar, Batista, Baptista, & Glória, 2009)

Esta citação, apresenta a razão para que a AC esteja sempre presente nos TO atuais e futuros, sendo que adequando ao seu AF, capacidades de executar outras tarefas, ainda mais a AC justifica a presença em qualquer TO.

Em suma, dando a resposta aquela que foi a questão em torno da qual se realizou este trabalho, as Missões Duais de AC, processam-se ao ser habilitada uma força de AC a realizar o AF bem como outras tarefas, estas dentro do âmbito das CRO, como os patrulhamentos, CAE, checkpoints, escolta de viaturas, entre outras.

É importante referir que isto se pode verificar de duas formas distintas, ou seja, uma determinada força de AC está habilitada a executar Missões Duais, ou realiza o AF enquanto este é necessário e quando não for necessário executa outras tarefas em apoio da força, ou então, como foi o caso do GAC da 172^a BCT, apenas uma parte da força de AC, neste caso foi uma das Btrbf, executa o AF enquanto os restantes militares realizam outras tarefas necessárias ao apoio e defesa, neste caso, da 172^a BCT.

O ideal daquilo que se entendeu por Missões Duais de AC, seria uma força de AC executar as duas tarefas simultaneamente, enquanto uma parte da força de AC realiza o AF, a outra parte realiza outras tarefas, sendo que em qualquer das duas formas anteriormente referidas, se verifica a realização de Missões Duais.

Ou seja desde que uma força de AC esteja apta a realizar tarefas fora do âmbito do AF, estará à partida, habilitada a realizar Missões Duais.

“Ao longo dos tempos os artilheiros aprenderam a executar um conjunto de tarefas tão variadas como, por exemplo, Operações psicológicas, patrulhas apeadas, segurança de

instalações, segurança de colunas, apoio a ONG, apoio a eleições entre outras.” (Costa, Avelar, Batista, Baptista, & Glória, 2009) Esta é uma realidade incontornável, coma qual a AC se tem deparado, mas é algo necessário para que esta arma se adeque aos novos TO.

“É a capacidade de adaptação dos meios de AF, em especial da AC, a qualquer situação do Combate que a transforma numa ferramenta fundamental para qualquer Comandante.” (Calhaço, 2006, p. 156)

Bibliografia

- (s.d.). Obtido em 5 de Abril de 2012, de United Nations:
<http://www.un.org/en/peacekeeping/operations/>
- (s.d.). Obtido em 10 de Abril de 2012, de Nato School:
https://www.natoschool.nato.int/new_www/courses/POIs/pdf/N3_24.pdf
- (s.d.). Obtido em 20 de Março de 2012, de Global Security:
http://www.globalsecurity.org/military/library/report/call/call_93-8_chap3.htm
- Academia Militar. (2011). M135- Tática Geral de Artilharia de Campanha I. Lisboa.
- Academia Militar. (2011). M136- Tática Geral de Artilharia de Campanha II. Lisboa.
- Academia Militar. (2011). M322- Teoria Geral da Estratégia. Lisboa.
- Administrador. (2009). Do JMRC ao aprontamento de um grupo de Artilharia de campanha para a operation iraqi freedom. *Revista de Artilharia* .
- Area Militar*. (s.d.). Obtido em 2012 de Maio de 14, de Area Militar:
<http://www.areamilitar.net/DIRECTORIO/CAN.aspx?nn=116>
- Armed Forces*. (s.d.). Obtido em 2012 de Abril de 22, de <http://www.armedforces-int.com/article/radars-covering-every-threat.html>
- Baptista, M. (2009). A Artilharia portuguesa na nato response force e nos battlegroups. *Revista de Artilharia* .
- Calhaço, N. (2006). Uma visão sobre a Artilharia de campanha nos novos ambientes operacionais. *Revista de Artilharia* , pp. 141-158.
- Campo de Batalha Terrestre*. (s.d.). Obtido em 10 de Maio de 2012, de Campo de Batalha Terrestre: <http://landcombatcb.blogspot.pt/2010/12/army-tank-plant-m-109-o-longo-braco-da.html>

- Coimbra, A. (Outubro a Dezembro de 2011). O ambiente estratégico internacional e as exigências que se colocam à Artilharia. *Revista de Artilharia* , pp. 331-338.
- Costa, D. d., Avelar, Batista, Baptista, & Glória. (2009). A Artilharia de campanha em Operações Militares que não de guerra. Um resumo da experiência americana. *Revista de Artilharia* .
- Couto, A. C. (1988). *Elementos de Estratégia, Vol. I*. Lisboa: IAEM.
- CPCA11. (Outubro a Dezembro de 2011). Apoio de fogos em FND: ficção ou realidade? *Revista de Artilharia* , pp. 403-420.
- Dorn, W. (3 de Dezembro de 2007). Three Block War. Canadian Forces College.
- EME. (2004). *Manual de táctica de Artilharia de campanha*. Lisboa: Estado maior do exército.
- EME. (2005). *Regulamento de Campanha Operações*. Lisboa: Estado-Maior do Exército.
- Ferreira, C. (2009). A Artilharia nas Operações conjuntas e combinadas. *Revista de Artilharia* .
- Grilo, A. (7 de Fevereiro de 2012). AC em Missões Duais: apoio de fogos e segurança de área. (J. Arnaut, Entrevistador)
- HMMWV. (s.d.). Obtido em 2012 de Maio de 22, de HMMWV in Scale:
<http://www.hmmwvinscale.com/hmmwvprototypes.htm>
- IESM. (2011). *A Artilharia no Ambiente Operacional contemporâneo*.
- IESM. (2010). *Manual escolar 20-81-00 Operações*. Lisboa: Instituto de estudos superiores militares.
- IESM. (2006). *ME 20-77-06 Operações de resposta a crises*.
- Military Analises Network. (s.d.). Obtido em 22 de Abril de 2012, de
<http://www.fas.org/man/dod-101/sys/land/an-tpq-36-dvic596.jpg>
- Mitchell, J. (2009). Um caso para os obuses no afeganistão. *Revista de Artilharia* .

- Oliveira. (8 de Fevereiro de 2012). AC em Missões Duais: apoio de fogos e segurança de área. (J. Arnaut, Entrevistador)
- PT/AHM/DIV/2/2/197/2. *Bateria de Artilharia 0146 - História da unidade.*
- Quivy, R., & Campenhoudt, L. (2008). *Manual de investigação em ciências sociais (5ª Edição ed.)*. Lisboa: Gradiva.
- Ramalho, J. (Outubro a Dezembro de 2011). Mensagem de sua excelência o genral chefe de estado maior do exército. *Revista de Artilharia* , pp. 325-328.
- Rodrigues. (8 de Março de 2012). AC em Missões Duais: apoio de fogos e segurança de área. (J. Arnaut, Entrevistador)
- Rodrigues, J. (Outubro a Dezembro de 2011). Aprontamento de forças na Artilharia. *Revista de Artilharia* , pp. 339-349.
- Romão, A., & Grilo, A. (2008). Reflexões sobre o emprego da AC no Ambiente Operacional contemporâneo. *Boletim da EPA* .
- Santos, J. A. (1983). *Incursões no Dominio da Estratégia*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Wade, N. M. (2008). *The army operations & doctrine smartbook*. Lakeland: The lightning press.
- Weston, A. (2005). *A arte de argumentar*. Lisboa: Gradiva.

Apêndices

Apêndice A: Guião de entrevista ao TCor Art Grilo

Este guião destina-se a orientar uma entrevista exploratória, semi-diretiva e tem como objetivo tirar partido da experiência de oficiais que sejam Comandantes de unidade ou tenham conhecimentos relacionados com a AC, especificamente no tema em estudo, sobre a aplicabilidade da AC noutras tarefas que não o AF. O Tenente Coronel de Artilharia Grilo é atualmente Comandante do GAC do RA4.

Posto: Tenente Coronel

Nome: António Grilo

Local: Leiria

Data: 7 de Fevereiro de 2012

Guião de Entrevista

1. O que se pode entender por Missões Duais de AC?
2. Qual o objetivo da AC estar habilitada a executar este tipo de missões?
3. Quais seriam as vantagens/ desvantagens deste tipo de missões para a AC?
4. Será a habilitação para as Missões Duais o futuro da AC?
5. Terá a AC portuguesa capacidades para realizar Missões Duais?
6. O que teria de mudar na AC portuguesa para executar este tipo de missões?

Apêndice B: Guião de entrevista ao TCor Art Oliveira

Este guião destina-se a orientar uma entrevista exploratória, semi-diretiva e tem como objetivo tirar partido da experiência de oficiais que sejam Comandantes de unidade ou tenham conhecimentos relacionados com a AC, especificamente no tema em estudo, sobre a aplicabilidade da AC noutras tarefas que não o AF. O Tenente Coronel de Artilharia Oliveira é atualmente Comandante do Quartel de Artilharia (QA) da BrigMec.

Posto: Tenente Coronel

Nome: Oliveira

Local: Santa Margarida

Data: 8 de Fevereiro de 2012

Guião de Entrevista

1. O que se pode entender por Missões Duais de AC?
2. Qual o objetivo da AC estar habilitada a executar este tipo de missões?
3. Quais seriam as vantagens/ desvantagens deste tipo de missões para a AC?
4. Será a habilitação para as Missões Duais o futuro da AC?
5. Terá a AC portuguesa capacidades para realizar Missões Duais?
6. O que teria de mudar na AC portuguesa para executar este tipo de missões?

Apêndice C: Guião de entrevista ao Cap Art Rodrigues

Este guião destina-se a orientar uma entrevista exploratória, semi-diretiva e tem como objetivo tirar partido da experiência de oficiais que sejam Comandantes de unidade ou tenham conhecimentos relacionados com a AC, especificamente no tema em estudo, sobre a aplicabilidade da AC noutras tarefas que não o AF. O Capitão de Artilharia Rodrigues encontra-se atualmente a frequentar o curso de promoção a oficial superior (CPOS) no Instituto de Estudos Superiores Militares (IESM).

Posto: Capitão

Nome: Rodrigues

Local: Lisboa

Data: 8 de Março de 2012

Guião de Entrevista

1. O que se pode entender por Missões Duais de AC?
2. Qual o objetivo da AC estar habilitada a executar este tipo de missões?
3. Quais seriam as vantagens/ desvantagens deste tipo de missões para a AC?
4. Será a habilitação para as Missões Duais o futuro da AC?
5. Terá a AC portuguesa capacidades para realizar Missões Duais?
6. O que teria de mudar na AC portuguesa para executar este tipo de missões?

Apêndice D: Análise das entrevistas**O que se pode entender por Missões Duais de AC?**

“O termo Missões Duais não existe. Existe uma missão no contexto de uma determinada operação, que no caso da AC é providenciar fogos e coordenar esses fogos.” (Grilo, 2012)

“Analisando a missão, o inimigo ou a ameaça, a função fogos pode ser empregue como fogos ou pode estar presente no cenário. Se a tipologia ou a situação operacional estiver num maior grau de violência é empregue como fogos, se o inimigo ou ameaça baixar a intensidade ou se não forem necessários os fogos, nesse caso o Comandante pode utilizar a força, de AC, para responder à situação operacional, quer seja necessário patrulhar, fazer segurança ou checkpoints, o que não invalida que esta força não seja necessária como Artilharia, é o que se verifica nos teatros de Operações contemporâneos.” (Grilo, 2012)

“Não se deverá definir como Missões Duais, pois a missão da Artilharia é garantir o Apoio de Fogos, mas poderá ser utilizada a AC na realização de outras tarefas quando não for necessário o Apoio de Fogos.” (Grilo, 2012)

“Pode então definir-se como a dupla possibilidade de emprego da AC. Empregando a AC noutras tarefas para proveito da força.” (Grilo, 2012)

“Na missão do GAC BrigMec de 29Jul09 este prepara-se para executar Operações em todo o espectro das Operações, ou seja abrange várias tarefas, e isto não existia do anterior.” (Oliveira, 2012)

“O GAC tem de se preparar pelo seu plano de treinos a cumprir tarefas no âmbito de uma CRO, tarefas estas que normalmente são executadas pelas forças de manobra.”

(Oliveira, 2012)

Este tipo de missões será executado num ambiente onde parte do GAC providencia o AF as forças no terreno e a outra parte executa tarefas no âmbito das OAP. É isto que se passa em alguns TO contemporâneos.” (Oliveira, 2012)

“Os EUA começaram a realizar este tipo de Missões Duais onde iam GAC destacados para os TO e eram atribuídos às BCT um GAC orgânico, que apoia a BCT com fogos. Sendo que a BCT subdivide as suas AO, o GAC fica com a responsabilidade de assegurar a segurança da sua AO, com patrulhamentos, checkpoints, Operações não letais, estas Operações não letais hoje em dia são muito importantes, do tipo CIMIC ou PsyOps no sentido de reduzir os ataques à força.” (Oliveira, 2012)

Qual o objetivo da AC estar habilitada a executar este tipo de missões?

“Desde que sejam treinadas, as forças de Artilharia podem ser utilizadas para executar outras tarefas, exemplo disso é o treino das NRF onde se treinavam as missões de apoio a paz.” (Grilo, 2012)

“Levar ou não a AC para um teatro de Operações, passa pelo desenho da força, se existe possibilidade desta ser empenhada então ela deve ir, depois com as variáveis missão, se é baixa a probabilidade desta ser empregue no AF então pode ser utilizada para executar outro tipo de tarefas.” (Grilo, 2012)

“É importante para a AC não se deixar ficar para trás neste tipo de missões, é por essa razão que o segundo semestre de 2012 o GAC da BrigMec vai ser no âmbito da

preparação para as missões de AC bem como para outro tipo de missões.” (Oliveira, 2012)

“É importante para a moral dos militares da unidade, temos de mante-los motivados e a preparação deles para estas missões, no âmbito das CRO, é mais uma possibilidade de integrarem contingentes numa missão no estrangeiro. É preciso não por de parte os conhecimentos artilheiros, por isso integrar os treinos de outras tarefas com os treinos de AC será muito vantajoso.” (Oliveira, 2012)

“No caso da 172^a BCT foi uma questão de necessidade, não havendo militares suficientes para cumprir todas as missões que estavam atribuídas à BCT, esta foi articulada com esse intuito, utilizando assim todas as forças disponíveis.” (Rodrigues, 2012)

Quais seriam as vantagens/ desvantagens deste tipo de missões para a AC?

“É vantajoso que a AC esteja preparada para outras tarefas isso sim, agora se for para uma missão que não seja de Artilharia isso não é vantajoso. É muito vantajoso se realizarmos tarefas em proveito da força se a ameaça assim o permitir.” (Grilo, 2012)

“Existem também vantagens em termos de motivação para o pessoal da unidade, ao realizarem o treino operacional, e com a possibilidade de realizarem missões numa força de Artilharia, e outra grande vantagem é também a da experiência para esses militares.” (Grilo, 2012)

“Existem vantagens para a arma, como por exemplo não ficar fechada sobre si e continuar ativa em missões no exterior. Para os militares de AC será a valorização individual.” (Oliveira, 2012)

“A desvantagem seria se a AC fosse empregue apenas no âmbito de uma CRO, basicamente como uma unidade de manobra, ai iriam perder-se as competências artilheiras. Deve sim desempenhar mais que uma tarefa no decorrer de uma grande operação, que podem ir desde missões específicas de AC até outras tarefas.” (Oliveira, 2012)

“A vantagem será principalmente o conhecimento, isto para qualquer força, para ter rotinas e conhecimento em outras áreas, em virtude da ameaça atual que está relacionada com os conflitos assimétricos. Para a AC será bom ter uma maior versatilidade, e capacidade de rotatividade, no AF e noutras tarefas.” (Rodrigues, 2012)

“Uma grande desvantagem é que a pratica de executar outras tarefas como patrulhamentos, não é o nosso core business, e podem perder-se os conhecimentos no âmbito da tática e do tiro de AC.” (Rodrigues, 2012)

Será a habilitação para as Missões Duais o futuro da AC?

“Não será por ai o futuro da AC, a sua missão é realizar o AF, o então deixaríamos de ser Artilharia. Agora a habilitação para outras tarefas é de futuro uma necessidade para as Unidades de AC, e isto tem a ver com a tipologia da ameaça, ou seja, a probabilidade de sermos empregues numa operação de Combate de grande envergadura é relativamente baixa, mas em missões de apoio à paz, num ambiente permissivo é maior, por isso as forças de AC devem estar aptas a executar este tipo de tarefas.” (Grilo, 2012)

“Afirmar isso será muito excessivo, não passa por ai o futuro da AC, apenas será uma parte do futuro da AC e devemos estar ligados a isto, para que os artilheiros tenham mais habilitações. Esta será uma via que nos permite não estagnar e acompanhar os Exércitos de referência, se não passamos apenas pela parte do aprontamento de 6 meses

e após isso a força não é aplicada.” (Oliveira, 2012)

“O futuro não será apenas por ai, mas face à conjuntura atual, não se prevê que a AC, neste caso a AC portuguesa, seja empregue como AF, por isso, é que é importante que a AC seja flexível ao ponto de se preparar para outras tarefas que não exclusivamente o AF.” (Rodrigues, 2012)

Terá a AC portuguesa capacidade para realizar Missões Duais?

“Sim a AC portuguesa está apta a realizar este tipo missões. Tem mesmo participado quer com militares isolados quer enquadrados em forças de pequeno escalão, pelotões, em FND para executar tarefas de apoio da força e os relatórios e referências feitos a esses militares dizem que eles executaram as missões, pelo menos de igual forma que outros militares que não sejam de Artilharia.” (Grilo, 2012)

“Na NRF participamos no treino de bateria com o treino para essas tarefas variadas, e nas duas NRF as baterias passaram na certificação à primeira, o que significa que estão preparadas.” (Grilo, 2012)

“Tem sim, temos oficiais e sargentos a serem requisitados para dar formação no âmbito das OAP, isso demonstra que também temos capacidades a esse nível.” (Oliveira, 2012)

O que terá de mudar na AC portuguesa para executar este tipo de missões?

“Mudar sim teria de mudar algumas coisas, a nível de treino, pois são tarefas específicas e requerem treino. Existe necessidade da AC acompanhar as restantes forças nas missões que realizam, logo ao nos habilitarmos para estas tarefas alargamos o conhecimento e a possibilidade de emprego.” (Grilo, 2012)

“O que teria de mudar seria talvez no tipo de relacionamento que existe, em termos de CRO deveriam ser enviadas equipas de ligação, por exemplo os OAV ou os OAF e o GAC também deveria ser reforçado com pessoal com conhecimentos ao nível de CIMIC e InfoOps.” (Oliveira, 2012)

“Não teriam de mudar muitas coisas, vendo os casos do RA4 e do GAC da BrigMec, ambos contemplam no seu plano de treinos a execução de tarefas no âmbito das CRO, tentando aproximar-se um pouco deste conceito de dualidade.” (Rodrigues, 2012)

Anexos

Anexo A: Ambiente Operacional



Figura 1: Ambiente Operacional

Fonte: Regulamento de Campanha e Operações, 2005.

Anexo B: Modelo Metodológico de Investigação

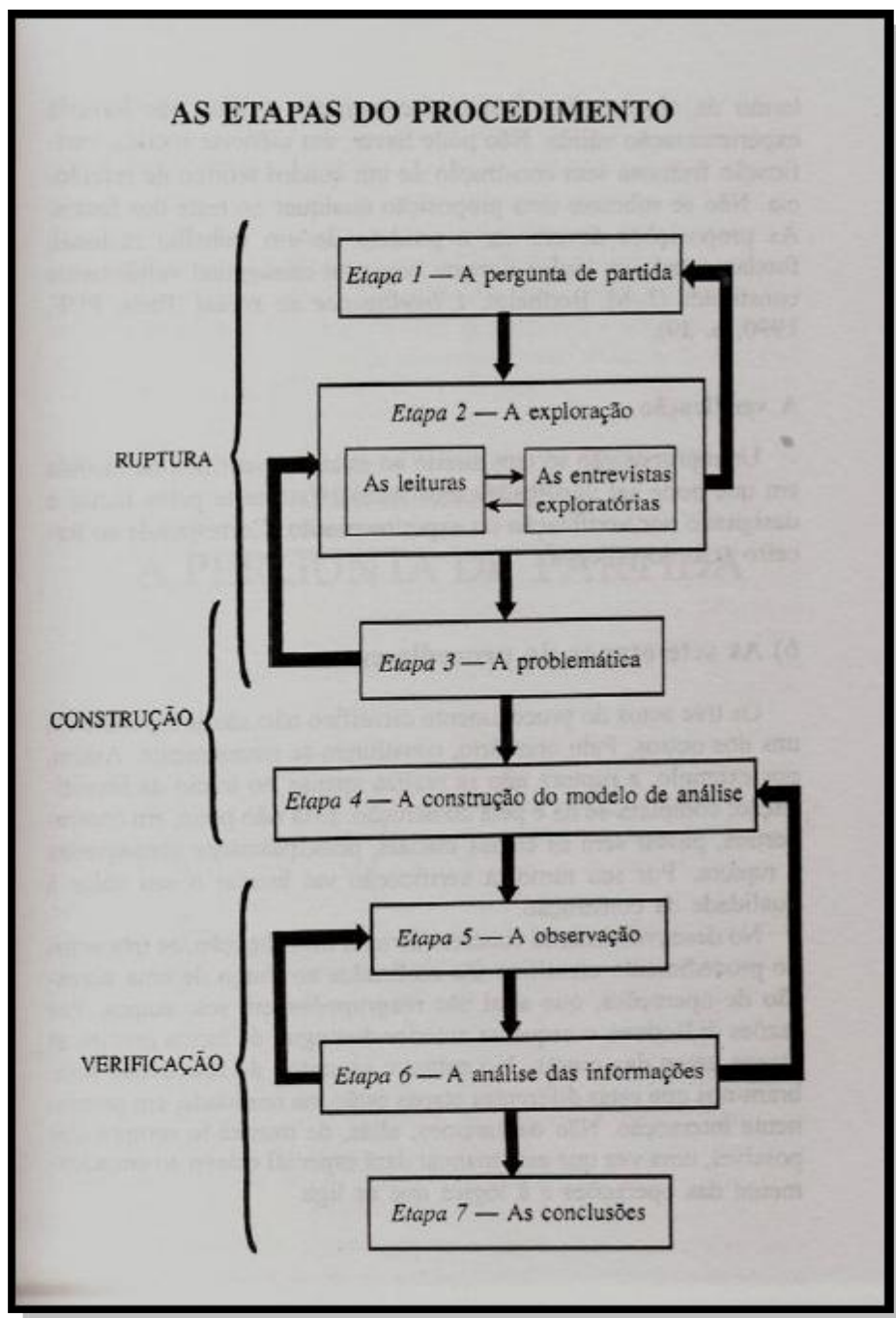


Figura 2: Modelo Metodológico de Investigação

Fonte: Quivy & Campenhoudt, 2008

Anexo C: Espectro das Operações Militares

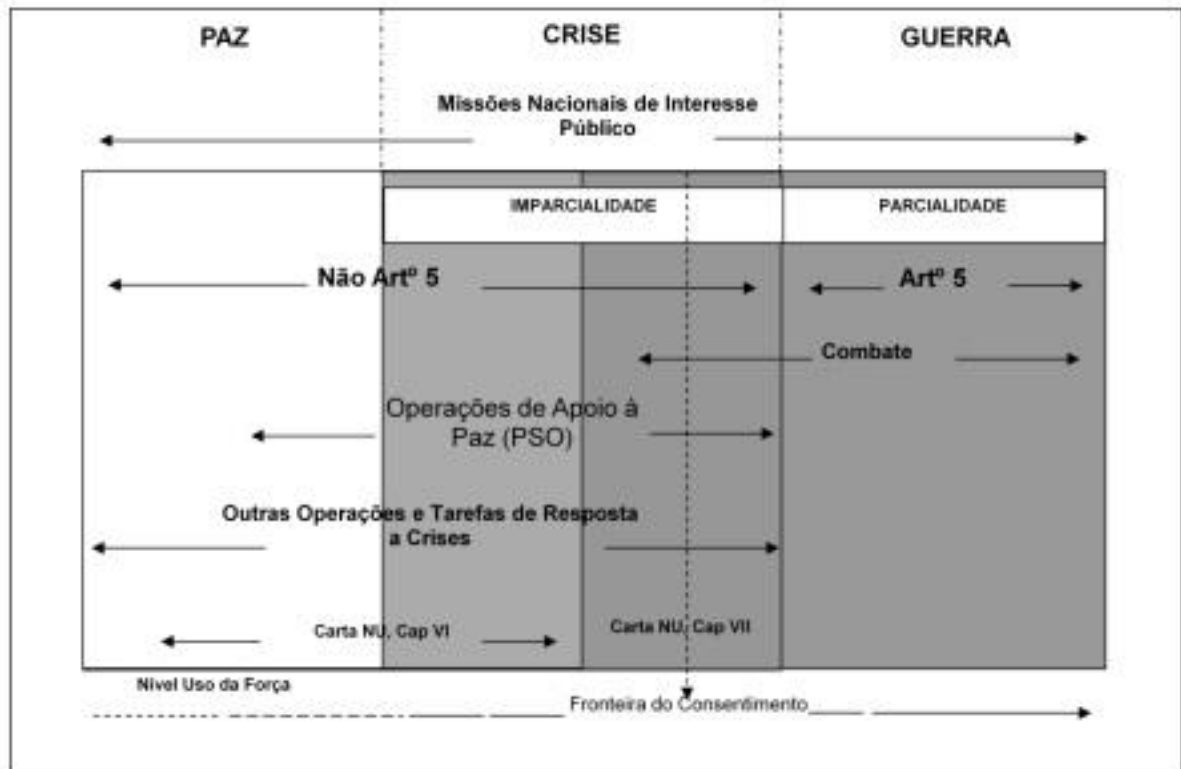


Figura 3: Espectro das Operações Militares

Fonte: Regulamento de Campanha e Operações, 2005

Anexo D: Operações no âmbito do Artigo 5º Defesa Coletiva

Figura 4: Artigo 5º Defesa Coletiva
Fonte: Regulamento de Campanha e Operações, 2005

Anexo E: Morteiro M120



Figura 5: Morteiro M120

Fonte: www.areamilitar.net

Anexo F: Obus M109 A6 Paladin



Figura 6: Obus M109 A6 Paladin

Fonte: www.google.pt

Anexo G: Viatura HMMWV



Figura 7: Viatura HMMWV
Fonte: www.hmmwvinscale.com

Anexo H: Radar AN/TPQ 36



Figura 8: Radar AN/TPQ 36

Fonte: www.fas.org

Anexo I: Radar AN/TPQ 37



Figura 9: Radar AN/TPQ 37

Fonte: www.fas.org